



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 043

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Professor Luizão*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 043**

### **40ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ato da Comissão Executiva ..... 03

Ofícios..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 08

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jonas Guimarães ..... 10

Dep. Tadeu Veneri..... 10

Dep. Dr. Batista..... 11

Dep. Stephanes Júnior ..... 12

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ney Leprevost ..... 13

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 15

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 17

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho ..... 18

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch ..... 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 20

Liderança do PT

Dep. Fed. Ângelo Vanhoni ..... 21

Dep. Professor Luizão ..... 22

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno..... 24

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana ..... 25

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 26

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 28

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 28

3ª Discussão ..... 29

2ª Discussão ..... 30

1ª Discussão ..... 30

Requerimentos ..... 41

**Encerramento da Sessão ..... 41**

#### **Publicações:**

Ata de Comissão

Constituição e Justiça ..... 42

### **DIÁRIO Nº 043**

### **40ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE MAIO DE 2008**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Elton Welter.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson,

Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Durval Amaral e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Fábio Camargo (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

#### **Ato da Comissão Executiva**

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o infausto passamento do Sr. José Machuca, acontecimento que enlutou toda a família paranaense,

considerando que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. José Machuca, que exerceu o mandato de Deputado Estadual durante a 1ª Legislatura (1947/1950) e 2ª Legislatura (1951/1954), com um trabalho sempre voltado para atender as mais justas reivindicações do povo paranaense,

**R E S O L V E :**

decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. José Machuca.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

### **Ofícios**

OFÍCIO Nº 078/08

Curitiba, 05/05/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 05/05/08 -, por estar em visita a minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

### **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, REQUER o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 29/05/08, para fazer uso da palavra (dependência química - uma questão de Saúde Pública) o Sr. José Antonio Chardong, gerente administrativo da Comunidade Terapêutica Dia.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Antonio Magnani ocorrido no dia 29/04/08, no município de São Carlos do Ivaí.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 80 anos de idade, faleceu no último dia 29/04/08, no município de São Carlos do Ivaí, o Sr. José Antonio Magnani. Deixou viúva a Sra. Mafalda Galiera Magnani, deixou ainda oito filhos, 23 netos e 11 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a

certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de José Antonio, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Magnani endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Sabotto ocorrido no dia 01/05/08, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 71 anos de idade, faleceu no último dia 01/05/08, nesta capital, o Sr. Orlando Sabotto, que era funcionário inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Deixou viúva a Sra. Terezinha Sabotto, deixou ainda cinco filhos, cinco netos e um bisneto.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Orlando, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sabotto endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Janete Angela Carneiro Jacomel, assistente social, funcionária deste Gabinete Parlamentar, que

muito contribuiu no decorrer da carreira deste Parlamentar. Querida e amada por seus familiares, amigos e colegas, será sempre lembrada com carinho e saudades.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 988

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 1º de maio, da professora Alexandrina Sessak. Foi a primeira Vereadora eleita em Apucarana, onde exerceu mandato no período de 1960 a 1963.

Requerem, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS

NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Luiza Martos Murcia Fontes, esposa do Sr. Joaquim Romero Fontes, Presidente da Sociedade Rural de Maringá.

Dona Luíza faleceu no último dia 24 de abril, em Maringá. Era uma pioneira de Maringá, tendo chegado naquela cidade em 1949, e era casada com o Sr. Joaquim Romero Fontes com quem teve dois filhos: Miguel Martos e Luiza, que lhes deram nove netos e 15 bisnetos.

Atuou ao lado do marido em movimentos sociais e por causas comunitárias como a instituição do Lions Clube, o Centro de Tradições Gaúchas Rincão Verde, Clube Hípico, Centro Português de Maringá e Country Clube de Maringá.

Era conhecida como a dama da filantropia e foi homenageada com o seu nome no Centro Municipal de Educação Infantil.

À família enlutada as sinceras condolências deste Parlamentar e desta Casa.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Nobuo Yamamoto, com 76 anos de idade, na cidade de Maringá.

Nobuo Yamamoto era casado com a senhora Fusae Yamamoto, deixa dois filhos: Ivo e Terue Yamamoto.

À família enlutada os sinceros pêsames deste Parlamentar e desta Casa.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Shigueru Itami, com 63 anos de idade, na cidade de Maringá.

Marcos Shigueru Itami era casado com a Sra. Tereza Tiemi Itami, deixa três filhos: Telma Tiemi Itami, Sandro Itami e Danilo Mitsuyoshi Itami e uma neta.

À família enlutada os sinceros pêsames deste Parlamentar e desta Casa.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela celebração, no último dia 3 de maio, do Dia da Soka Gakai.

Os ensinamentos do grande e respeitado mestre Daisaku Ikeda se consolidam, a cada dia, através do trabalho, da sensibilidade e do respeito ao próximo, atitudes praticadas e vivenciadas no dia-a-dia por todos os seguidores e membros da Soka Gakai.

O norte do Paraná orgulha-se do trabalho do respeitado Sr. Isamu Onozato, um verdadeiro e admirado Líder que, na simplicidade da grandeza de sua alma, considera-se um aprendiz de seu mestre maior, Dr. Ikeda.

Nós, brasileiros, temos enorme dívida de gratidão à Soka Gakai, semeadora de cultura, educação, rigorosa preservação do meio ambiente e paz para todos os povos de nosso planeta, ações que justificam o jubilo deste Poder Legislativo, cuja decisão requeiro seja comunicada ao Sr. Isamu Onozato, Vice-Presidente da Associação Brasil SGI - Soka Gakai Internacional. Com a gratidão pela efetiva presença e participação da SGI nas grandes causas de interesse da humanidade.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para posteri-

dade, voto de congratulações e aplausos ao Curitiba Foot Ball Club pela conquista Paranaense de Futebol de 2008.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Dr. Jair Cirino dos Santos, DD. Presidente, para que receba e transmita à todos os companheiros de diretoria, sócios, torcedores e atletas.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aqui estamos para saudar o Curitiba Foot Ball Club, pelo feito que ontem soube acabar conquistando o Campeonato Paranaense de Futebol da 1ª Divisão de 2008.

Conquista alcançada sobre o quadro adversário (Clube Atlético Paranaense), nada mais representa que fruto da disciplina consciente a que abraçou.

O esporte é uma escola, nela se aprende a dominar a vontade e a coordenar os impulsos. De que valeria a força bruta, se a inteligência não a norteasse?

Hoje em dia em que tudo obedece a determinadas técnicas, o esporte é por excelência o seu campo preferido. E técnica quer dizer consciência.

Eis a razão porque em todos os estados do Brasil, o esporte é hoje contemplado nas atividades educativas como parte imprescindível de seu programa. Nem poderia ser de outra forma se quisermos atingir aquilo que almejamos.

Saúdo voz, torcida do Coxa, pois o pugilo de bravos atletas que com grande conquista sobre o nobre time adversário, pois a prova da fibra de resistência, mostrando destarte a necessidade da autodisciplina, dando um exemplo digno de ser seguido pelas gerações vindouras.

Este ano o Curitiba Foot Ball Club, comemorará o centenário de sua fundação. Criar, portanto uma agremiação cuja finalidade seria proporcionar distração sadia ao espírito, cujos frutos se farão sentir diretamente no indivíduo, na família e em todo o grupo que associados e simpatizantes do Coxa Branca, como é conhecido na intimidade.

Infelizmente muito lamentável foi a diretoria do Clube Atlético Paranaense, proibindo a entrega na baixada, da Taça de Campeão Paranaense ao Curitiba Foot Ball Club, que conquistou o Campeonato Paranaense pela 33ª vez, promovendo a festividade final no Couto Pereira até a madrugada.

Que se multipliquem as agremiações como o Curitiba Foot Ball Club, se propõe a distrair e recrear seus membros, são os votos que neste momento fazemos. A todos aqueles que lutaram pela sua constituição, são nossos aplausos como uma afirmação de apreço pela grande conquista que levaram a cabo.

#### REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, para que fique registrado para posteridade, conste na ata da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações e aplausos às famílias descendentes do Japão, e residentes no estado do Paraná, pela comemoração de cem anos da chegada ao Brasil da primeira imigração Japonesa.

Requer, outrossim que da decisão da casa seja dada ciência ao Sr. Francisco Takio Tean - Presidente da Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo mês de junho, será comemorado em todo o Brasil, com grande alegria os 100 anos de chegada ao Brasil da primeira imigração japonesa.

O Japão também comemora o último dia 28 de abril em Tóquio a partida do navio Kasato Marú, o primeiro navio a trazer japoneses para o Brasil dia 28/04/1908.

Hoje o Brasil tem a maior colônia de nikkeis do mundo, com cerca de 1 milhão e meio de descendentes japoneses. O estado do Paraná tem aproximadamente 160 mil nikkeis e tem a terceira maior população de japoneses e descendentes de japoneses do mundo.

Em homenagem aos 100 anos de migração, o Brasil e o Japão decidiram fazer do ano de 2008 o ano de intercâmbio Brasil - Japão, com eventos e comemorações durante o ano todo. Em junho, quando comemoraremos a chegada dos 781 passageiros do Kasato Marú no porto de Santos, representantes da família imperial japonesa chegarão ao Brasil, passando inclusive pelo estado do Paraná.

As comemorações da vinda de famílias japonesas para o Brasil em 1908, cujo centenário estamos celebrando, evocam um fato destacado da vida nacional, mas devem servir, sobretudo para fortalecer o sentimento da brasilidade. Ao longo da crônica histórias, governos e lideranças têm se apoiado em acontecimentos relevantes para instilar patriotismo.

Todos os documentos, objetos e fotografias no país brasileiro, destino dos viajantes, são levados para a exposição permanente. Lá é possível encontrar, por exemplo, malas de pessoas que deixaram o Japão durante as primeiras décadas do século XX, um período especialmente difícil para a economia japonesa em busca de uma vida melhor no Brasil. É o caso da bagagem da família Kawase, cedida pelos atuais integrantes da família que residem em Curitiba. As valises com calçados, roupas típicas e quantidades de objetos essenciais estão expostas em Yokohama. A exposição também conta com objetos raros, como recortes de jornais que mostram a trajetória dos japoneses no Brasil e cartazes de recrutamento espalhados nas cidades do Japão para convencer os cidadãos e tentarem uma vida melhor na América do Sul.

A exposição termina mostrando o navio Nippon Marú, o último navio japonês a trazer Japoneses ao Brasil com passagem paga pelo Governo japonês, já em 1971.

Depois disso, já com a economia reestruturada, o Japão passou a exportar cada vez menos trabalhadores.

Finalmente, desejamos que seja enviado cópia deste requerimento ao Sr. Francisco Takio Tean, mui digno Presidente da Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná, para que receba e transmita à todas as famílias descendentes do Japão, residentes no estado do Paraná, com os nossos respeitos e agradecimentos.

REQUERIMENTO Nº 982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de congratulações à Rádio CBN (Central Brasileira de Notícias) pela celebração de seus 13 anos de atividades em Curitiba e no Paraná.

Segue transcrito o histórico da CBN Curitiba que evidencia sua indiscutível importância como veículo de radiodifusão.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A CBN Curitiba entrou no ar em 05/05/95, por iniciativa dos empresários Atilano de Oms Sobrinho e Mário Celso Petrágia, da empresa paranaense INEPAR. Eles tinham uma emissora FM e uma AM em Curitiba. E trazer a programação nacional da CBN foi uma sugestão do jornalista Euclides Oliveira, o primeiro Diretor da emissora, com José Wille na coordenação de jornalismo. O primeiro programa foi apresentado pelos jornalistas José Wille e Luiz Geraldo Mazza, que até hoje permanecem na emissora.

A CBN entrou no ar com várias inovações. Transmítia só notícias, opção inexistente em uma emissora FM no Paraná. As emissoras faladas eram todas AM naquela época. E se dedicavam apenas aos programas populares e policiais, com coberturas políticas parciais, de acordo com os grupos políticos dos proprietários.

A CBN mudou radicalmente este quadro e trouxe a fórmula que permanece até hoje, adaptada ao público curitibano. Jornalismo imparcial, analítico e sempre a frente. Inicialmente a CBN transmitia em 550 AM e em 90.1 FM. E foi a primeira emissora do Paraná com áudio na internet. Simultaneamente tinha ainda o áudio na NET Curitiba, na TV a cabo, sendo também a primeira a criar esta opção no Paraná.

A adaptação da emissora para receber uma nova opção de rádio começou quase dois anos antes, em 1993, com a indicação de Eli Thomas de Aquino para a direção. Houve um grande investimento do grupo INEPAR na compra de novos transmissores e nova antena, que na época fizeram a CBN e FM mais potente do Paraná, com 110 mil watts. Foi a primeira emissora do Paraná exclusivamente jornalística e isenta, com 24 horas de notícias e sete horas de programação local.

Em 1999 a então Rádio 550 AM que também retransmitia a CBN foi vendida e a CBN ficou só em FM.

Mais tarde, em março de 2004, o empresário Joel Malucelli comprou a Rádio CBN. E trouxe para o mesmo prédio da emissora a Rádio Globo 670 AM, a antiga rádio Cidade, que foi lançada com a programação do Sistema Globo de Rádio em Curitiba em setembro de 2003.

A CBN Curitiba pagou o preço do pioneirismo e enfrentou dificuldades iniciais no mercado, até provar a força do radiojornalismo. Mas a partir de 2004, com o grupo J. Malucelli entrou em uma fase de recuperação e modernização acelerada. E hoje é a mais importante rádio do Paraná, com a audiência em constante crescimento. E a Rádio Globo 670 já lidera a audiência em AM no horário da manhã, com o programa do Padre Marcelo Rossi. E mantém o crescimento constante de audiência na faixa popular.

#### REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Décio Sperandio, bem como aos professores do curso de Medicina, enviando voto de congratulações àquela instituição em razão da primeira colocação do curso de Medicina do Paraná e a 11ª do Brasil no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), responsável pela avaliação, o curso da UEM obteve o conceito 4 numa escala de 1 a 5, ficando à frente, no país, de outras instituições públicas renomadas, como a Universidade de Brasília (UNB) e as federais de Minas Gerais, Ceará e do Mato Grosso do Sul.

Criado há 20 anos, o curso de Medicina oferece 40 vagas por ano, sendo metade no Vestibular de Inverno e a outra no Vestibular de Verão. Há vários concursos seguidos, é o curso mais concorrido da UEM e já chegou a ter 200 candidatos disputando cada vaga.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e reconhecimento público à UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, com sede em Londrina.

No dia 17/02/72, o casal, Reitora Elizabeth Bueno Laffranchi e o Chanceler Marco Antonio Laffranchi, tiveram a fantástica e abençoada visão de fundar a UNOPAR que, em poucos anos de atividades, já está consagrada dentre as melhores do Brasil. Criada modestamente, em pouco tempo transformou-se numa poderosa instituição de ensino superior, graças à competência de seus dirigentes, dos 700 professores e 1.300 funcionários, que se

empenham, com muito amor, para oferecer ensino de Primeiro Mundo para seus 135 mil alunos de todo o país.

A UNOPAR é um orgulho para todos nós paranaenses, uma bênção e um privilégio para os muitos milhares de alunos que frequentam ou já se formaram em tão respeitada universidade.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Reitora Elisabeth Bueno Laffranchi, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, parabeniza o Coritiba Foot Ball Club pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol Profissional no ano de 2008, torneio organizado pela entidade responsável pela modalidade neste Estado, e REQUER o envio de moção e diploma de congratulações aos responsáveis diretos pela referida conquista.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Foot Ball Club, clube de futebol mais antigo do estado do Paraná, sagrou-se campeão estadual de 2008 de futebol profissional no último domingo, dia 04 (quatro) de maio, após quatro anos sem títulos estaduais. O último, em 2004, selou o bicampeonato paranaense do Coritiba e prenunciou os excelentes resultados obtidos naquele ano.

O título estadual de 2008, o 33º de sua gloriosa história de conquistas, e celebra e coroa o ressurgimento do Coritiba no cenário esportivo nacional e, consequentemente, seu retorno à divisão de elite do futebol brasileiro. Em 2005, após uma campanha ruim foi rebaixado à Série B do Campeonato Brasileiro, ficando com a 19ª posição na tabela num total de 22 equipes. Em 2007, o Coritiba venceu de forma magnífica o Campeonato Brasileiro da Série B e conseguiu o acesso à Primeira Divisão para 2008.

A conquista deste Campeonato Paranaense de Futebol Profissional é mais um capítulo da história de bravura e tradição do Coritiba e o credencia a repetir a maior glória do clube e do futebol paranaense até então: o título do Campeonato Brasileiro de 1985. Esta conquista estadual consagra a equipe que obteve o melhor desempenho nas fases finais do campeonato e coloca o Coritiba Foot Ball Club na lista dos favoritos ao torneio nacional de 2008.

Neste sentido, parabenizo o Coritiba Foot Ball Club e seus responsáveis por mais esta conquista, reitereando sua posição de maior vencedor da história do Campeonato Paranaense de Futebol e com certeza e convicção

do brilhante papel a ser desempenhado na Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro que se inicia dentro dos próximos dias.

**Presidente:** Jair Cirino dos Santos

**Técnico:** Dorival Silvestre Júnior

**Elenco:** Edson Bastos Barreto, Antonio Carlos Rodrigues Junior, Vanderlei Farias da Silva, Wanderson Silveira Gomes, Luiz Henrique Almeida de Lima, Gilberto João Flores, Marcos Roberto Nascimento da Silva, Douglas Silva Delfino, Ricardo Ferreira da Silva, Rubens Vanderlei Tavares Cardoso, Felipe Trevizan Martins, Jecimauro José Borges, Maurício Donizete Ramos Junior, Fábio Camillo de Brito, Tiago Henrique Bernardini Consoni, Marcos Paulo Segobe da Silva, Dirceu Wiggers de Oliveira Filho, Jean Azevedo Agapito, Leandro Donizete Gonçalves da Silva, Rodrigo M. dos Santos, Argemiro Veiga Gonçalves, William Roberto de Farias, Carlos Pereira Berto Junior, Laercio José dos Santos, Marlos Romero Bonfim, Edson Edimar Dias de Souza, Pedro Ken Morimoto Moreira, Renato Ribeiro Calixto, Ruy Franco de Almeida Junior, Guilherme Rodrigues Moreira, Henrique Dias de Carvalho, Hugo Guimarães Silva Santos Almeida, Keirrison de S. Carneiro, Leonardo Augusto Gomes Aro, Leonardo Rodrigues Isau, Roger de Souza, Thiago Silvy Coelho.

#### REQUERIMENTO Nº 997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do duto plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público ao Colégio Estadual Paiquerê, do Distrito de Paiquerê, município de Londrina.

Fundado em 21/04/57, é dirigido pelo respeitado professor Altair Aparecido Carneiro, secretariado pela eminente professora Marinalda Ferreira de Moura, contando com 14 professores e 10 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Altair Aparecido Carneiro, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Sr. Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando,

que seja determinado a quem de direito, a realização de investigações e providências com o objetivo de elucidar os roubos de gado e os respectivos abatimentos em pequenas propriedades no município de São Jorge do Patrocínio.

Os pequenos proprietários da zona rural de São Jorge do Patrocínio, têm sido vítimas de constantes roubos de gado, os quais, na sua maioria são abatidos dentro do próprio sítio onde são roubados e conduzidos para fora da propriedade.

Os meliantes já vem atuando a muito tempo, trazendo prejuízos e insegurança aos pequenos produtores que já estão desanimados. Os assaltantes atravessaram fazendas e dão preferência à pequenas propriedades, onde acreditam que a segurança é menor.

Acreditando que o Sr. Secretário tomará providências imediatas, pois essa é a sua meta, fazemos o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 183/08

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná proibido de construir obras, bem como aprovar e liberar financiamento de qualquer espécie, que tenha por objetivo construção de obras que destruam ou obstruam a malha ferroviária instalada, mesmo que inativa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Já há muito tempo tem-se consciência de que o transporte ferroviário é a solução economicamente mais viável tanto para o transporte de mercadorias, como para o transporte de passageiros. Porém, em nosso estado e país, o transporte ferroviário ainda é subutilizado.

Entretanto, em um futuro próximo será inevitável que tal meio de transporte seja devidamente desenvolvido. Deste modo, preservar a malha ferroviária já instalada se mostrará uma iniciativa importante, uma vez que impedirá a obstrução das linhas por onde os trens do futuro irão trafegar.

Deste modo, o presente projeto de lei pretende viabilizar a preservação desta malha ferroviária e seu entorno, para que quando se fizer urgente o desenvolvimento de tal meio de transporte, seja minimizada a necessidade de demolir imóveis públicos ou particulares.

PROJETO DE LEI Nº 184/08  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, com sede no município de Curitiba e foro na comarca da região metropolitana de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação do Asseio e Conservação do Estado do Paraná, entidade fundada em 15/08/06, têm por finalidade o aperfeiçoamento e a valorização da pessoa humana por intermédio do estudo e do trabalho, atendendo também, as necessidades de colocação no mercado de trabalho do grupo filiado aos dois sindicatos da categoria e sua respectiva Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná, tratam-se, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Curitiba e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná.

Cumpre ressaltar que os trabalhos realizados pela entidade em escopo caracterizam-se pela constante defesa dos direitos sociais de membros da categoria que visa representar, trazendo, por conseguinte, benefícios diretos e indiretos aos cidadãos paranaenses.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 185/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os programas de asfaltamento e recapeamento das rodovias estaduais devem utilizar, preferencialmente, o chamado asfalto-borracha, também conhecido como asfalto ecológico.

Art. 2º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, assevere-se que tal proposição está em plena consonância com a Constituição da República, uma vez que a proposta visa preservar o meio ambiente. Na produção do chamado asfalto-borracha, também conhecido como asfalto ecológico, utilizam-se carcaças de pneus, o que, evidentemente, diminui o impacto deste nocivo produto sobre o ambiente. Trata-se, inclusive, de uma forma de controle da poluição ambiental. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 24, inciso VI, é clara ao afirmar:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. (grifo nosso).*

Além disso, o emprego desse tipo de asfalto apresenta uma vantagem ambiental simplesmente espetacular: diminui as carcaças de pneus descartadas, hoje um problema que agride o ambiente e que é preocupação mundial.

Da carcaça utilizada, a borracha entra na composição do asfalto, o aço volta para a siderúrgica e a fibra têxtil, para as indústrias têxteis. Assim, toda a carcaça é decomposta e reciclada. Diminui um sério problema ambiental. Para se ter uma idéia dessa diminuição, cada tonelada do asfalto-borracha tem, em média, 180 quilos de pneu em sua composição.

O produto já é empregado com sucesso em muitas estradas nacionais. No estado de São Paulo, está o seu maior emprego em todas as estradas existentes no país. O que se pretende, com esta atitude legislativa, é que todas as estradas do nosso estado possam utilizar o chamado asfalto-borracha.

Dessa maneira, diante do exposto, contamos, com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste indispensável projeto.

PROJETO DE LEI Nº 186/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá do Sul, com sede e foro em Jundiá do Sul, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/05/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jundiá do Sul - com sede na cidade de Jundiá do Sul/PR.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 251/06 de 31/01/06, foi declarada de utilidade pública municipal, por uma entidade sem fins lucrativos. A APAE de Jundiá do Sul promove a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Jonas Guimarães.

### ***Deputado Jonas Guimarães (PMDB)***

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas.

Venho hoje usar esta tribuna para agradecer ao Secretário da Agricultura por este belíssimo programa e projeto: o Trator Solidário. Estive na semana passada acompanhando, participando da entrega de 11 tratores no município de Dr. Camargo e quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Sérgio, que é Chefe da EMATER daquele município, Deputado Teruo, para aqui sabermos que quando o técnico da EMATER desenvolve um bom trabalho, realmente tem sucesso. O município de Dr. Camargo, sendo um município pequeno, mas o Sérgio como técnico da EMATER desenvolveu um bom trabalho, fez lá os seus projetos e entregamos 11 tratores solidários para aquelas famílias que tanto necessitam e vem ao encontro para realmente ajudar, principalmente os agricultores de menos posse, de menos renda. É um projeto que temos que parabenizar o nosso Governador, o nosso Secretário e todos aqueles que se empenham para este trabalho.

Também estive, neste final de semana, com o Secretário da Saúde, Dr. Gilberto, inaugurando mais um Centro de Saúde: a Casa da Mulher e da Criança, no município de Tuneiras do Oeste. Importantes esses estabelecimentos, construídos pelo Governo, equipados também, porque vêm ao encontro das necessidades das nossas famílias, das mulheres grávidas, dos filhos que nascem sendo acompanhados por médicos e também por equipamentos sofisticados para diminuirmos a mortali-

dade da mulher grávida, da mulher no parto e da criança até um ano de vida. Tenho certeza que assim vamos diminuir a mortalidade, não só da mulher grávida, mas também a mortalidade infantil. É o 35º centro de saúde com este que inauguramos na cidade de Tuneiras do Oeste. Parabéns ao Secretário, parabéns ao Governador do Estado!

Também queria dizer aos Srs. Deputados e àqueles que estão nos assistindo: com a classe política é realmente perseguida. Estive em Cianorte na semana passada, quinta, sexta-feira e no outro dia lendo a Folha de Londrina vi uma reportagem, vou ler a reportagem escrita pela Ruth Volonesi, uma grande escritora, mas que realmente não se inteirou do que estava acontecendo e publicou.

(Lê):

“Em Cianorte, o que fazia anteontem o Deputado suplente Jonas Guimarães, do PMDB, na agência do Banco do Brasil em Cianorte, às 9h da matina? Todos os demais cianortenses só podem entrar na agência do Banco do Brasil às 10h em ponto.”

Queria responder para a dona Ruth que eu não sou diferente dos demais moradores de Cianorte, que usam aquela agência. Mas, que naquele momento que eu me adentrei ao Banco do Brasil de Cianorte, foi a convite do Gerente daquela agência e, também, do pessoal da Prefeitura, do pessoal do Tiro de Guerra, para que fosse ali lançada a Campanha do Agasalho, a campanha chamada Pé Quente. Fui ali participar com aquelas autoridades do lançamento dessa campanha que acho de suma importância para a nossa população de Cianorte.

Gostaria que a dona Ruth viesse também botar na sua coluna para que a população também contribua para que aqueles menos favorecidos possam ter os seus agasalhos neste frio. Mas, fica aqui o meu repúdio, foi mal informada. Quero dizer que não sou diferente de ninguém, mas tive oportunidade de participar daquele lançamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última Sessão, na quarta-feira, tivemos aqui uma Sessão normal e uma Sessão Extraordinária obviamente votamos em 1ª votação o Projeto nº 134/08, do Poder Judiciário, que tem por objetivo fazer a contratação de 190 cargos, ou pelo menos abrir a possibilidade de contratação de 190 cargos para o Judiciário.

Nesses 190 cargos, alguns deles não serão obviamente contratados agora, porque o projeto prevê que cerca de 56 só serão preenchidos quando houver, de fato, a existência daquela vaga.

Entendemos, assim como outros Deputados propuseram na CCJ, que tivéssemos e fizemos emendas nesse sentido, embora não tenha sido ainda acatada, que tivéssemos concursos públicos para os cargos que o Governador Requião está requerendo para que possam ser gerenciados hospitais que estão prontos e aqueles que irão ser inaugurados. Assim como alguns Deputados entenderam que era necessário que tivéssemos concursos público, inclusive dando um prazo, e foi bem lembrado pelo Deputado Carlos Simões, dando um prazo de um ano para que após esse primeiro ano tivéssemos concurso público para os servidores da Saúde, também entendemos que a mesma regra deve valer para os cargos do Poder Judiciário.

Por que eu digo isso? Há obviamente toda uma argumentação correta que é necessário que tenhamos um número de funcionários, para que atendamos a grande demanda que há hoje no Poder Judiciário, cerca de 2 milhões e 632 mil processos que estão em andamento. Os Srs. Deputados da CCJ acompanharam esse debate.

É necessário também que essas pessoas que vão atender esses Juízes de 1ª Instância sejam pessoas obviamente de confiança e de conhecimento, e de uma relação muito próxima com esses Juízes. Com tudo isso nós concordamos. A única coisa que acho que é preciso que tenhamos, neste processo, é um concurso público. Por que falo concurso público? Não sei se é para já, se é para daqui seis meses, para daqui um ano, até porque o Deputado Carlos Simões também colocou que queria, e V. Exa. também colocou, na CCJ, que gostaria que houvesse uma emenda que desse um prazo de cerca de um ano ou dois anos, para que tivéssemos concurso público e a partir desse concurso público essas vagas pudessem ser preenchidas permanentemente dentro de um quadro de Assessores dos Juízes.

Mas o entendemos é que seja agora, ou daqui um ou 2 anos, é preciso que tenhamos uma profissionalização no serviço público. E esta profissionalização só vai ser possível a partir do momento que estes quadros forem estáveis. Acompanhei alguns dos argumentos que foram colocados, inclusive alguns dos quais diziam que por este salário talvez não conseguíssemos bacharéis em Direito, recém-formados ou não, mas bacharéis em Direito, que o salário era muito baixo, e obviamente minha colocação faz sentido. Se o salário é muito baixo, para contratação com o concurso público, obviamente que também é muito baixo para a contratação sem o concurso público. Então, não me parece que seja o salário o principal obstáculo para que possamos ter a figura do concurso público.

Também me parece que é necessário que tenhamos o concurso público para termos os melhores quadros disponíveis e dispostos a ingressar na carreira do Poder Judiciário. Entendo que estaremos dando não só um número maior de servidores permanentemente, não durante apenas aquele período em que o Juiz estiver naquela comarca, porque é esta a intenção, após o desligamento daquele Juiz, aquele servidor também seria des-

ligado e iria se contratar outro, mas para que possamos ter funcionários qualificados em todo o estado do Paraná.

Minha preocupação é que tenhamos num prazo de dois, três ou quatro anos, uma situação onde alguns funcionários vinculados ao Poder Judiciário, trabalhando desta forma, possam ou ser exonerados, ou sair depois de quatro anos e perdermos aquele acúmulo que foi feito, ou o que me parece mais complicado, seguindo a mesma lógica do argumento dado, de que este salário é muito baixo. Se este salário é muito baixo, corremos o risco de darmos autorização à Assembléia Legislativa, dentro daquilo que é pertinente e necessário, dar esta autorização. Os servidores serão alocados. O Poder Judiciário irá contratá-los. Mas, como foi dito que o salário é baixo, poderemos ter, dentro de seis meses, três meses ou um ano, um grande número de servidores saindo. E aí? Como é que faz? Contrata novos? Vai fazer rodízio? Fica sempre dentro dos 190, vamos ter sempre uma defasagem dentro deste processo?

Então, Sr. Presidente, falei que não iria apresentar, a pedido do Presidente, inclusive, não ia apresentar emenda da CCJ. Não o fiz. Vou buscar hoje o apoio das assinaturas necessárias e espero conseguí-las, porque o que eu quero é apresentar a emenda para que possamos fazer este debate. E principalmente para que entendamos que o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, antes de tudo, devem buscar sua profissionalização. E a profissionalização, obviamente, também do Poder Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram estas as considerações que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Batista.

**Deputado Dr. Batista (PMN)**

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Depois de um 1º de maio em romaria maravilhosa com os trabalhadores em Maringá, junto com todos, Padres, Bispo Dom Anuar, aproximadamente 4 mil pessoas reivindicando e dizendo o que é bom para as pessoas menos favorecidas. Uma romaria maravilhosa, que até com chuva, nada atrapalhou, pois os fiéis continuaram fazendo suas orações, somos membros da Pastoral e não poderíamos deixar de estar presentes.

Foi um Dia do Trabalhador maravilhoso. Estivemos também na SEMA, junto com o Deputado Teruo Kato. Se me faltar a palavra aqui, Deputado, o senhor me ajude, porque falo muito pouco japonês.

É impressionante a cultura japonesa que tivemos a satisfação de participar. Existe uma competição. Competição de pessoas de 70 até 85 anos, correndo 100 metros rasos. E a cultura, desde as crianças até os adultos todos com a vitória ou a derrota, saem satisfeitos. Corrida 100

metros rasos. O 1, 2º 3 o último lugar, como estímulo também, todos permiados.

Foi uma coisa que me chamou muita atenção, por saber que a SEMA é um pedaço do Japão aqui dentro do Paraná, na cidade de Maringá. E uma referência. Mais de 5, 6 mil pessoas. Os meios de comunicação mostravam em todos os seus canais.

Aquela corrida daqueles senhores, que tenho a satisfação de ser amigo da SEMA, o Eduardo, grande amigo, grande companheiro, e médicos de Maringá que fazem parte do Hospital Paraná, também participaram com os seus filhos. Uma reunião familiar!

Quando vejo o Deputado Jonas Guimarães falando sobre os seus amigos e o seu trabalho na sua região, também não posso deixar de falar da nossa região. A nossa região é o estado do Paraná.

Somos oriundos de Maringá, como está presente aqui o Deputado Ricardo Barros, que foi a minha dobradinha nas eleições. Estamos aqui dizendo: Deputado Ricardo Barros, Maringá está de parabéns, por tudo que tem feito a SEMA daquela cidade e também têm feito todos aqueles trabalhadores. Chamou muita atenção a romaria dos trabalhadores, pois quando participamos também da assembléia fazendo palestras, orientando a todos, fomos de uma receptividade muito grande.

Por isso, Deputado Edgar Bueno, que o senhor faz aquele trabalho maravilhoso em Cascavel. O senhor realmente é um político de destaque na cidade, pois todos que vem de Cascavel conhecem o Deputado Edgar Bueno e todos dizem: “Será o Prefeito da cidade”. Tomara! O senhor é sério, o senhor é honesto, semelhante ao que fazem os Deputados Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Belinati. E nós, Sr. Presidente, estamos muito felizes.

Concluo para agradecer ao Governador Roberto Requião pela qualidade de materiais que está mandando para a Santa Casa de Maringá, que entregaremos nesse final de semana para o Hospital Universitário.

Deputados Ricardo Barros, vamos fazer o quê? Vamos socorrer os nossos enfermos. Quando ligo para o Deputado e falo assim: Deputado, estou atendendo diuturnamente nas residências. Ele fala: “Batista, enquanto você está atendendo a todos os pacientes, estou atendendo os Prefeitos.” Também terei vários Prefeitos que queiram realmente uma contribuição do Governador do Estado, e junto ajudaremos a todos os municípios da nossa região e do estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior, no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; membro da Mesa, senhoras e senhores.

Primeiro, uma brincadeira! Saudações verde e brancas!

Mas, o assunto que me traz aqui, hoje, é muito sério. Tenho acompanhado o que está acontecendo no porto de Antonina, principalmente. O Deputado Nelson Justus é o Deputado Estadual mais votado em Antonina. Fiz uma votação modesta na cidade, mas tenho acompanhado, como paranaense, o que está acontecendo no porto e olha, às vezes sinto-me constrangido, porque teoricamente sou da base do Governo, mas não tenho como criticar o que estão fazendo no porto. Tenho dito que sou um aliado, mas não sou uma “vaca de presépio”, e o que está acontecendo lá é muito ruim.

O porto representa hoje o maior empregador de Antonina, sendo 1.000 empregos entre diretos e indiretos e além disso o porto de Antonina é quem move a economia, a maior geração de impostos na cidade. Ele foi proibido, no dia 15 de março, por uma ordem de serviço emitida pela diretoria da APPA, de trabalhar com carga geral, fertilizantes, produtos siderúrgicos, a granel, produtos florestais, algo que há 10 anos trabalha. Ele foi à Justiça, que lhe concedeu uma liminar dizendo: como pode proibir algo que ocorre há 10 anos, que vai muito bem e que não gera nenhum tipo de problema? E por que essa situação?

Essa situação começou quando a PREVI, que é o Fundo de Previdência do Banco do Brasil, que é o maior acionista da Ponta do Félix, decidiu vender as ações - eles têm algo em torno de 45% das ações da Ponta do Félix. Em função disso, acho que uma briga comercial ou algo assim, eles teriam que ter a anuência da APPA para vender - anuência não significa que tem que apresentar a negociação, mas quando você tem uma agência reguladora, tem que ter anuência para a venda. Começou uma briga na cidade com relação ao porto e o quê isso gerou?

Gerou essa ordem de serviço proibindo, que a Justiça sustou e agora vão vender as licenças ambientais que têm que ser renovadas no dia 31 de maio e o IAP disse que não vai renovar. E é claro que essa discussão não é técnica, mas é política nesse assunto. Por isso estou levantando esse assunto aqui na Assembléia, para que passemos a participar desse tema. E por quê?

Vocês acham que a Gerdau, que a Klabin e dezenas de empresas que utilizam o porto, na hora que forem proibidos de exportar através do porto de Antonina, vão fechar negócios em outros portos do Brasil e não voltam mais, mesmo depois de revogada a ordem, porque aí eles já começaram a tratar em outros portos, tiveram que mudar a logística, fazer contratos que são anuais ou são mais do que anuais. Vamos perder esses clientes, mesmo que resolvamos depois. Se no dia 31 de maio o IAP não conceder a licença, que é uma briga política, porque a questão não é técnica, o que vai acontecer?

Em junho volta ao normal. Ok! Em junho voltou ao normal, a Gerdau passou a exportar por outro porto e teve que assinar contrato anual naquele porto, teve que mudar a logística, teve problemas de custos e não volta

mais, pelo menos durante um ou dois anos. Depois é outra briga para conseguir de volta! E isso com dezenas de empresas, além do prejuízo que a cidade de Antonina terá. Estou falando de emprego, estou falando de renda das pessoas, fora a economia do Paraná, porque se mudar de Antonina para Paranaguá, talvez a economia do Paraná não seja tão prejudicada. Mas a tendência não é ir para Paranaguá, é ir para São Francisco, para Santos. Esse é o grande problema que estamos tendo nesse momento.

Então, queria pedir aos meus colegas Deputados que se aprofundem nesse assunto. A fundação COPEL é detentora de 20% da Ponta do Félix. Inclusive, eles estão mudando o Conselho para dar a presidência para a Fundação COPEL indicar, para ver se politicamente se resolve o assunto, porque é um absurdo o que estão fazendo. Queria pedir a ajuda de vocês porque é importante para o Paraná, é importante para Antonina e não faz sentido o que está acontecendo.

Muito obrigado.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados presentes no plenário.

Inicialmente gostaria de cumprimentar ao Presidente Estadual do meu partido, o Partido Progressista, Deputado Federal Ricardo Barros, um dos mais dinâmicos Deputados do Paraná e do Brasil, porque não dizer. Vice-Líder do Governo na Câmara Federal, que nos dá a honra da sua visita a esta Casa, nesta segunda-feira.

Quero também cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador João Cláudio Derosso, que nos honra também visitando a Assembléia Legislativa.

Subo à tribuna para abordar um dos projetos que serão votados na Sessão desta segunda-feira. Projeto que está na pauta, que é exatamente o projeto do Governo do Estado propondo a criação de 182 novos cargos na área de Saúde, para a chefia e diretoria de hospitais que ainda serão inaugurados ao longo dos próximos meses.

É público e notório que o Governador Roberto Requião, na sua campanha, propôs a construção destes hospitais. Um deles já está em funcionamento parcialmente, é o Hospital de Reabilitação do Paraná. Por sinal, uma grande obra, uma obra importante. Um hospital que inova em um setor de fundamental importância para a comunidade paranaense.

No entanto, a grande maioria dos hospitais que foram propostos durante o período eleitoral, ainda serão

inaugurados. O Governo do Estado ainda irá inaugurar a grande maioria dos hospitais que foram prometidos. Inclusive, chegamos a promover uma reunião da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa com o Secretário Gilberto Martin, que é um homem dedicado, esforçado, que entende da área de Saúde. É um profissional da área. Não tenho críticas a fazer no momento ao desempenho do Secretário Gilberto Martin. Porém, ele estabeleceu um cronograma para essas inaugurações de hospitais. E nós, enquanto Comissão de Saúde, estaremos, evidentemente, acompanhando esse cronograma para constatar se as obras que foram prometidas pelo Governador estão com o andamento correto, estão dentro daquilo que foi prometido na Audiência que foi feita pela Comissão de Saúde nesta Casa Legislativa.

Sempre que se fala, Deputado Elio Rusch, em inaugurações de novos hospitais, fico bastante receoso, porque ao andar pelo interior do Paraná, percebo que muitos hospitais que já existem no nosso estado não conseguem funcionar de maneira adequada, por falta de recursos. Não apenas hospitais pertencentes ao Governo do Estado e nem aos pertencentes aos municípios, mas também hospitais que são Santas Casas, filantrópicos, que são mantidos pelas comunidades do interior.

Faço esta descrição de como vejo a situação dos hospitais e entendo que prioritariamente devemos equipar melhor, fornecer mais recursos para os hospitais que já estão funcionando no Paraná, não para me colocar contra a inauguração de novos hospitais no estado, mas para justificar a minha posição, que me parece ser majoritária dentro da Comissão de Saúde desta Casa, em relação à criação dos 182 novos cargos, que estão sendo propostos pelo Governo do Estado.

A nossa tendência no dia de hoje e o parecer está dado, inclusive, pela Deputada Rosane Ferreira, que foi Relatora designada pela Comissão de Saúde, após uma reunião que realizamos na última quarta-feira pela manhã, junto com o SindSaúde e também com representantes da Secretaria Estadual da Saúde, para que seja aprovado, sim, isso que o Governo está propondo, que é a criação desses cargos. Porque não queremos nós, da Oposição ou da Bancada Independente, nos colocar frontalmente contra algo que pode ser necessário nos próximos meses, porque o calendário prevê a inauguração desses hospitais em breve.

No entanto, estamos recomendando também a aprovação da emenda do Deputado Reni Pereira, que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, que estabelece que no prazo máximo de um ano seja feito concurso público para preenchimento desses cargos.

O projeto nº 097/08, do Poder Executivo, tem como argumentos por parte da Secretaria da Saúde, que esses cargos seriam estratégicos, de imperiosa necessidade. Segundo os administradores da Secretaria da Saúde, que aqui estiveram, o serviço de saúde é muito importante e se você não tem uma pessoa comprometida

com a função, é muito complicado você manter um serviço. Os Diretores da Secretaria informaram que há vários setores com problemas, porque as pessoas não são comprometidas com a área. O cargo em comissão, segundo eles, seria fundamental, porque a direção dos hospitais é extremamente importante e eles querem ter pessoas da confiança do Secretário. Por outro lado, o SindSaúde rebateu esses argumentos e afirmou que neste anteprojeto de lei se transformam 127 cargos e também se criam 127 chefias de seção e Chefes de Núcleo, que no projeto de lei fica solto, como se eles fossem de nomeação livre do Governador ou do Secretário.

Esses Chefes de Núcleo e Chefes de Seção, disse o SindSaúde, na Audiência Pública que foi promovida, que não pode sob hipótese nenhuma ser de livre indicação do Governador. O SindSaúde evocou a 5ª Emenda Constitucional, onde no seu artigo 19 diz claramente que as funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por ocupantes de cargo efetivo. O Diretor da unidade, sim, pode ser de livre nomeação. Os Chefes de Seção, dentro do Hospital do Trabalhador, por exemplo, não poderiam ser de livre nomeação, através de cargos de comissão. No Hospital do Trabalhador, segundo o SindSaúde, hoje isso acontece.

Vale ainda ressaltar, Deputado Stephanes Júnior, que o posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, através do brilhante parecer do eminente Relator, Deputado Reni Pereira, propõe a regra da transitoriedade ante a excepcionalidade dos cargos em comissão para o caso em tela. Ou seja, a postura dessa Comissão de Saúde segue esta mesma linha proposta pelo Deputado Reni Pereira. O parecer da Deputada Rosane Ferreira foi muito bem embasado e ela conclui nesse seu parecer que, embora a Comissão de Saúde entenda a urgência e a necessidade de uma solução rápida para os cargos dos hospitais que estão iniciando seu funcionamento, a proposta mais sensata e possível, neste momento, é criar uma regra de transição ou de transitoriedade. Ou seja, em outras palavras, fixar prazos para a duração da lei que pretende ser publicada, nos moldes da emenda aditiva proposta pela CCJ e, se possível, incluindo, e estamos apresentando uma emenda neste sentido, incluindo três cargos para os Diretores de hospitais universitários.

Portanto, além do apoio à emenda do Deputado Reni Pereira, que estabelece um prazo máximo de um ano para concurso para preenchimento dessas vagas, estamos propondo uma emenda aditiva ao Projeto nº 097/08, onde ficariam reservados, diante da aprovação dessa emenda, três cargos comissionados, tipo DAS-1, para Diretores de hospitais universitários, já que não estaria ocorrendo isonomia e incorreríamos em uma verdadeira injustiça, fazendo com que os Diretores de hospitais universitários recebessem remuneração inferior às dos demais hospitais, como se estes fossem menos importantes, o que não são, já que os hospitais universitários, além de atender a população, ainda têm a nobre tarefa de edu-

car e de preparar futuros médicos para a sociedade paranaense.

Então, eram estas as colocações que gostaria de deixar públicas aqui, este posicionamento dos Deputados da Comissão de Saúde. O nosso agradecimento, em especial, à Deputada Rosane Ferreira, que fez o seu relatório.

#### **O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Ney Leprevost.

Queria abordar um pouco esse tema dos cargos de confiança para direção dos hospitais. São 23 hospitais e vejo que é a melhor maneira de você ter gestores nos hospitais.

Então, quando o Governo cria 23 hospitais e vai nomear um Diretor Clínico, um Diretor Administrativo, Financeiro, um Diretor Geral do hospital, a melhor gestão é através de cargos de confiança. Ele pode até nomear um funcionário de carreira ou não. Realmente o cargo de confiança não deve ser utilizado para nomear desde a moça que serve o cafezinho até o Diretor. Falo isso porque já fui Secretário de Estado da Administração e tenho a visão de que você tem que valorizar o funcionário da Casa. Você deveria ter no estado algo que tem em Curitiba, que são as FGs, que são cargos de confiança, mas que só podem ser utilizados para funcionários de carreira, mas também são cargos de confiança. Assim as gerências seriam utilizadas por funcionários de carreira, mas escolhidos entre eles, pela direção.

Na realidade, não fizemos ainda uma reunião da Comissão para tratar do parecer da Rosane. Falei com o Teruo Kato, com o Marcelo Rangel, não tratamos, esse assunto não foi aprovado por nós...

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Não, eu disse que é o relatório da Deputada Rosane Ferreira...

#### **O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

...isso, porque a Comissão de Saúde, da qual eu sou membro, o Marcelo Rangel é membro, não resolvemos o que vamos fazer sobre esse assunto.

Só quero deixar claro que somos favoráveis à criação desses cargos, porque a direção do hospital tem que ser de confiança. Se vai ser funcionário de carreira ou não é outra coisa, ou até defendo que seja, e assim é em todo o Brasil, assim é nos atuais hospitais públicos que tem no Paraná e é a melhor maneira.

Muito obrigado.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Só gostaria de esclarecer ao Deputado Reinhold Stephanes que aconteceu, sim, uma reunião da Comissão de Saúde, na última quarta-feira. O Deputado certamente não pôde comparecer, mas estão aqui as diversas representantes do SindSaúde, que lá compareceram, foi envi-

ado convite por escrito ao seu gabinete. O Deputado Marcelo Rangel justificou que não poderia comparecer na reunião porque foi durante o período da Sessão, não durante a votação ordinária, já que há um impedimento legal para que durante a votação dos projetos as Comissões se reúnam, mas a reunião aconteceu, sim, está gravada e taquigrafada. Agora, a posição que estou colocando aqui é a do relatório da Deputada Rosane, o qual não necessita ser votado porque ele é apenas orientativo. A Comissão de Saúde não tem poder para barrar nenhum projeto que venha a Plenário. A única Comissão que pode barrar um projeto é a Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, tenho certeza que os Deputados irão, evidentemente, se sensibilizar com essa posição que a Deputada Rosane traz aqui, porque é a posição mais coerente, mais transparente. Particularmente, essa é a minha posição pessoal. Sou também favorável à realização de concurso público para o preenchimento desses cargos. O concurso público sempre torna as ações do Governo mais transparentes, dá oportunidades a todos e chances para quem já faz parte do funcionalismo público estadual poder pleitear a oportunidade de ter o reconhecimento de ocupar um cargo mais importante, um cargo de chefia amanhã ou depois.

Gostaria de informar, Deputado Stephanes Júnior, que este projeto está na pauta e será votado hoje. Portanto, não haverá uma nova reunião da Comissão de Saúde sobre este tema.

Agradeço Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador no Grande Expediente, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste horário do Grande Expediente, que aliás eu não tinha ainda utilizado o Grande Expediente nesta Sessão Legislativa, mas em função de uma decisão importante tomada pelo órgão executivo de trânsito no Paraná, que é o Departamento de Estradas de Rodagem, ocupo esta tribuna para poder prestar alguns esclarecimentos e, ao mesmo tempo, dialogar com os Srs. Parlamentares sobre um tema que entendo da maior relevância e prestar algumas informações.

Primeiro, dizer que meu ato, que fiz como protesto pelas tarifas abusivas de pedágio, foi um ato em defesa da cidadania. Como V. Exas. sabem, em dezembro de 2007, eu mais o Deputado Antonio Anibelli e algumas entidades da sociedade civil organizada fomos réus - eu ia dizer que fomos vítimas, mas tecnicamente fomos réus - numa ação de interdito proibitório que é o chamado mandado proibitório, que foi concedido por diversos Juízes Fede-

rais a pedido das concessionárias que são as donas do pedágio no estado do Paraná. Na tentativa de impedir a nossa manifestação contra aquele reajuste de dezembro, nos impuseram, Deputado Elio Rusch, uma pena de multa de R\$ 8 mil por hora em cada praça de pedágio que se realizasse manifestações que pudessem eventualmente atrapalhar a cobrança da tarifa de pedágio. Oito mil reais por hora, contra mim, Deputado Anibelli e diversas outras pessoas e instituições. E o fato é que tenho tido desde 1996, quando aqui nesta Casa votei contra a Lei de Concessões e Permissões, por não ver naquela lei uma lei que pudesse, com justiça, estabelecer eventualmente a cobrança de um pedágio nas rodovias, que estabelecesse essa cobrança não pelo maior preço, como acontece atualmente, mas pelo preço mais baixo, para que pudéssemos, pela livre iniciativa, pela livre concorrência, as empresas pudessem, aquelas que quisessem instituir um modelo de pedagiamento, aquele que era instituído no estado, pudessem instituir um modelo que não fosse perverso como é esse que temos.

O fato é que através do meu protesto procuro demonstrar que é uma opressão ao povo através de uma tarifa abusiva de pedágio. Quero dizer isso as V. Exas., especialmente a quem é Deputado aqui no interior do estado.

Quem é Deputado em Curitiba, eu vejo as manifestações, e claro, é um tema polêmico, mas quem mora em Curitiba e não utiliza as rodovias como utilizam quem mora no interior, fica muito fácil poder até aplaudir o pedágio. Quem vai uma vez ou duas vezes por ano para a praia, utiliza a rodovia que é explorada pela Ecovia, vai pagar, é verdade, uma tarifa de R\$ 11,40. Mas, quem mora no interior, quem mora no norte do Paraná, quem vive no norte pioneiro, quem tem que vir de Cornélio Procopio, por exemplo, a Maringá, sabe o quanto custa o pedágio.

Quero dizer as V. Exas. que o direito constitucional de ir e vir é um direito legítimo, consagrado na nossa Constituição, assegurado no direito, no artigo 5º da nossa Constituição. Esta manifestação que fiz é porque seguramente, infelizmente, temos no nosso estado a possibilidade de reduzir essa tarifa de pedágio a partir de uma negociação que fosse a favor do interesse público.

A decisão do DER do Paraná é um precedente importantíssimo na luta pela redução do preço do pedágio. Por quê? Porque ficou descriminalizada a conduta. Furar pedágio ou invadir sem o pagamento do pedágio, como dizem alguns, muitos dizem de forma equivocada e outros dizem por conta, é claro, de uma forma de tentar constranger as pessoas, furar pedágio não é crime. No máximo pode ser uma infração de trânsito, prevista no artigo 209.

Por outro lado, o ato de ter passado pelo pedágio, uma pessoa não precisa necessariamente furar o pedágio com a intenção de, única e exclusivamente, fazer como eu fiz para protestar. Ou uma outra pessoa quer furar o pedágio para não pagar o pedágio mesmo. Ou alguém

ainda pode passar pelo pedágio sem pagar, de forma desavisada.

Então, ficou muito claro o seguinte, a autoridade competente, quem é a autoridade competente? É o DER? Quem está conveniado em nome do DER? Quem é agente do DER? A Polícia Rodoviária Estadual, esta é competente, como é a Polícia Rodoviária Federal. Por quê? Porque tem convênios firmados com órgão executivo de trânsito. Ficou muito clara também a decisão que as pessoas, pela livre escolha, pelo seu direito de escolha - e eu não estou aqui incentivando ninguém a furar o pedágio - mas quem decidir furar o pedágio, está muito claro o seguinte: ninguém pode ser preso, ninguém pode ser humilhado, como muitas pessoas já foram de o policial fazer a pessoa retornar à praça de pedágio para fazer o pagamento da tarifa. Ou seja, sabemos de condutas que acabaram levando as pessoas a um constrangimento muito grande.

Por outro lado, a multa foi anulada? Foi anulada. Porque sou Deputado? Não, é porque sou Deputado. Porque no tempo hábil, tempestivamente, recorri com os fundamentos que entendia que devem existir para que esse agente do órgão executivo de trânsito, o policial rodoviário tem que observar para poder aplicar uma multa. Qual é ele? São três situações que não cabe multa.

A primeira: é mais importante, como já disse, o policial rodoviário estadual ou federal, que é o agente público responsável por autuar esse tipo de infração, tem que presenciar o ato. Se ele não presenciar ele não pode autuar. Ou seja, não pode multa. A segunda: o funcionário da concessionária não tem fé pública para fazer qualquer tipo de comunicado que o motorista ou o usuário passou pelo pedágio sem pagar. Dessa forma, não vale telefonar, passar um rádio, um e-mail, ou qualquer outro meio ao policial comunicando a infração. A terceira: as câmeras de vídeos colocadas nas praças não estão regulamentadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, para esse tipo de finalidade ser prova para respaldar alguma lavratura de infração de trânsito. Essas regras que foram estabelecidas pela junta do DER, valem para qualquer pessoa. Nenhum privilégio beneficiou a anulação da multa que me foi imposta.

Aliás, tomei uma decisão: no valor da multa de R\$ 127, vou fazer uma doação nesse valor para uma instituição de caridade, para demonstrar que em nenhum momento quero ter nenhum tipo de privilégio em relação a qualquer tipo de valor. Como já fiz, aliás, com valores das tarifas de pedágios, já recolhi à uma instituição de caridade. O fato real é que esse precedente vale para a cidadania, como um ato de defesa de cada uma das pessoas, como um instrumento para que cada um possa, de fato, utilizando exercício de escolha, fazer aquilo que considera justo.

Concedo o aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

#### **O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Deputado Romanelli, com todo o respeito e, também, não querendo polemizar, mas a Casa vai ficar quieta

nesse tema mais uma vez. Então, queria dizer que apesar de ter muita explicação sua que justifica o que aconteceu, acho que os meios não justificam os fins.

Apenas para deixar claro que não concordo com isso de você furar para chamar atenção, se foi isso que aconteceu. Apenas isso, respeitando a sua posição, mas quero deixar claro que não concordo.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Respeito a sua posição, Deputado. Aliás, tem várias vezes que V. Exa. sobe a esta tribuna e eu também não concordo com o que V. Exa. fala ou faz. Isso faz parte do processo democrático.

Quero dizer o seguinte: o lucro das concessionárias no Paraná, olha, V. Exas. são pessoas que conhecem profundamente a economia do nosso estado, em 10 anos de arrecadação, Deputado Luiz Carlos Martins, sabe quanto já foi arrecadado, já foi faturado pelas concessionárias de pedágio do Paraná? Seis bilhões de reais. É dinheiro! É o suficiente para construir pelo menos duas vezes o chamado Anel de Integração como se fossem estradas zero km. E as obras que tinham que ter sido realizadas não foram, por conta é claro, temos que reconhecer, das decisões administrativas. Os acordos que foram feitos e de forma quase que blindada, o famoso contrato que foi feito pelo Governo anterior e as empreiteiras. Na minha avaliação, aí sim um crime, houve um conluio entre as empreiteiras e o Governo. E efetivamente temos que reconhecer, os fatos são muito graves. Entendo que esta sangria é terrível. O pedágio do Governo Federal vai custar R\$ 1, agora, contra o nosso, de R\$ 11,40. Veja o comparativo. Entendo que esta sociedade vai se rebelar com isso.

Por último, como V. Exas. que lêem jornais e colunas devem ter visto um ataque que contra mim foi feito e que num comparativo, na minha avaliação, muito mal feito, pelo colunista Celso Nascimento, quero dizer que não vou perder tempo com ele aqui. Ele pode pautar a Oposição, em determinados momentos, aqui, mas não pauta a minha conduta. Em relação a ele quero informar que vou processá-lo criminalmente. Vou pedir o direito de resposta ao jornal Gazeta do Povo, onde ele escreve, para que o jornal me conceda o direito de resposta e ainda entrar com ação de indenização por danos morais. Para tanto, já constitui como advogado o Dr. Edson Abdala, que é indiscutivelmente um dos melhores criminalistas e tomará as medidas judiciais cabíveis. Não vou ficar perdendo meu tempo em discutir. Tem o Abdo Kudri, que é um dos mais renomados, Presidente da Associação dos Dirigentes de Jornais, que sempre diz: "Quando um cachorro te morde, você não vai morder o cachorro. Vai discutir com o dono do cachorro". Então, não vou perder meu tempo em discutir com pessoas que servem, única e exclusivamente, aos interesses dos donos das concessionárias.

Quero informar a V. Exas. que é muito importante o que está acontecendo. Estou aguardando uma decisão importante em Porto Alegre, porque provavelmente

vamos suspender, de forma definitiva, a cobrança do pedágio em Jacarezinho. Este é o tema para ser discutido. O Movimento do Fim do Pedágio está tendo uma grande vitória e certamente ainda temos que avançar muito, porque até o final do ano tenho certeza de que no Paraná, se Deus quiser, vamos reduzir o preço do pedágio.

Era isso, Sr. Presidente.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do PR/PTB, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar esta segunda-feira para mais uma vez fazer uma cobrança daquilo que entendo que é justo. O município de Imbituva, na região dos campos gerais, completou mais um ano de emancipação política e administrativa no último dia 3.

A cidade é a Capital das Malhas, da região dos campos gerais, e é importante o que está acontecendo. E tem tido, na postura o seu Prefeito, o seu mais profundo interesse de governar, principalmente para as pessoas que mais precisam, ou seja, as pessoas que diretamente necessitam de tudo aquilo que uma Prefeitura pode fazer.

A Prefeitura de Imbituva tem um programa de trabalho no interior e precisa, urgentemente, que seja liberado o Paraná Urbano. O Paraná Urbano é uma verba de R\$ 965 mil, que está aguardando uma autorização pessoal de S. Exa. o Governador Roberto Requião. Imbituva já decidiu que vai investir esse quase R\$ 1 milhão na compra de três caminhões caçamba, uma motoniveladora, uma patrula e um caminhão de lixo. As pequenas cidades do interior, necessariamente precisam melhorar o seu orçamento através de investimentos vindos de financiamentos, como o estado faz quando também busca financiamentos internacionais. E aqui existe um enigma do porquê não é liberado o dinheiro para essa cidade.

Venho a esta tribuna hoje, na condição de ter ido a Imbituva e ter sido o Deputado mais votado naquela cidade e de ter pedido votos diretamente para o Governador Requião em todas as vezes que estive em Imbituva, e o atual Prefeito de Imbituva, por fidelidade, no 1º turno apoiou o candidato do seu partido, que era o candidato Rubens Bueno; mas no 2º turno, contrariando até o seu partido, o Prefeito de Imbituva, Celso Kubaski, acabou apoiando a candidatura do atual Governador e trabalhou na sua eleição. Mas agora, para nossa surpresa, vemos que o Paraná Urbano, que está com todos os documentos liberados, só depende da assinatura do Governador. E isso, Deputado Dobrandino, já falamos aqui que quando estava como Governador o Vice- Governador Orlando

Pessuti, ele autorizou que fossem repassados os recursos para que a cidade pudesse comprar esses equipamentos e inclusive vai comprar naquela condição que o estado faz, através daquele comando que o estado já definiu e que nem licitação precisa fazer: compra direta do preço que é feito pelo estado.

Então, queria aqui fazer um apelo ao Governador Requião para que, em nome dos eleitores de Imbituva e de todos nós que trabalhamos na sua campanha, não siga o exemplo do Jaime Lerner, que quando eu estava Prefeito de Ponta Grossa, seguiu recursos do Paraná Urbano e não mais deu a Ponta Grossa, não entregou os recursos que faltavam, deixando de levar aquilo que é um direito da cidade. Naquela época, lembro-me que cansado de esperar, colocamos aqui em Curitiba alguns outdoors cobrando o Governador sobre esse procedimento em relação a Ponta Grossa. Acho terrível e vejo seguidamente o Governador dizer que não discrimina cidade alguma, independente da questão do seu Prefeito. O Governador precisa aprender a respeitar os seus companheiros, porque senão daqui a pouco ele fica sem companheiros e, ao que me diz, o Governador quer, na sequência, continuar na vida pública, parece-me que ele quer ser Senador ou Presidente, e da forma como ele se conduz neste momento, deixando de atender uma cidade como Imbituva, ele perde amigos, perde companheiros, perde apoiadores que lhe ajudaram, porque neste momento não libera os recursos que são direitos de uma cidade.

Queria aqui lembrar a S. Exa. o Governador, de que as pessoas que moram em Imbituva, todas elas não têm esse direito de ficar esperando a boa vontade do Governador e que isso faz parte de um lado ruim que o Governador tem, de querer prejudicar uma cidade inteira porque algo pessoal tem com alguém ou que alguém está pedindo para segurar. Não posso concordar com isso. Por isso, peço ao Governador que libere os recursos para Imbituva, porque seria terrível continuar sendo segurado esse recurso.

**O Sr. Artagão Júnior (PMDB)**

Permite-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Jocelito, gostaria de cumprimentá-lo pelo vosso pronunciamento. E juntamente com V. Exa., também representamos o município de Imbituva e sabemos das carências, das demandas que existem naquele município, como em muitos municípios da nossa região, que temos o prazer e a satisfação de representarmos.

No caso específico de Imbituva, que V. Exa. coloca, existem alguns projetos que recursos já foram liberados, como por exemplo da pavimentação da Vila Zezo, tanto de pavimentação asfáltica quanto de pavimentação com pedra irregular. Existem obras como a do trevo secundário, que vai para o município de Ivaí e outras obras de mais de R\$ 1 milhão que foram liberadas. E existem também essas pendências que hoje se

encontram na Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Temos acompanhado este processo, até porque na oportunidade nós os iniciamos, muito embora em algum momento houve um desinteresse da parte do Prefeito que continuássemos esta representação objetiva. Existem já alguns deles em condições de serem liberados, muito embora têm encontrado alguns óbices como outros municípios. Agora mesmo estava com o Prefeito de Guamiranga, município vizinho, que também tem necessidade de uma liberação e também aguarda a assinatura do Governador.

Quero simplesmente reiterar a V. Exa. o apoio do Deputado Artagão, no sentido desta liberação. No entanto, quero garantir que não se trata de retaliação. Existem outros municípios da região, Guamiranga, Prudentópolis, Mallet, Teixeira Soares, municípios que também aguardam esta liberação e que temos, de forma direta, acompanhado, cobrado. Esperamos, assim como para o município de Imbituva, que esses recursos sejam liberados, a fim de que a população - a quem também agradeço a votação expressiva que tive lá - espero em breve que possamos estar juntos nessa liberação, anunciando esses benefícios para o município de Imbituva e de todos os demais da região que citamos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado Sr. Presidente. Agradeço o apoio do Deputado Artagão. O povo de Imbituva merece esses recursos.

Governador Requião, se estiver nos assistindo, libere o Paraná Urbano de Imbituva. Imbituva também votou em V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

**Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:  
Deputado Ribas Carli Filho  
(PSB)**

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos que nos acompanham das galerias, pela TV Assembléia, amigos da imprensa.

(Lê):

“O assunto que trago até os senhores é referente a um registro histórico de grande significado para o estado.

Há exatamente 57 anos, o Paraná ganhava um de seus maiores símbolos econômicos, no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava, com a instalação da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.

Na época, 500 famílias de imigrantes suábios, recém-chegados da Áustria, começavam ali uma saga que cruzaria essas cinco décadas de existência, consolidando uma das mais influentes comunidades rurais em nosso país. Devo dizer que aquelas famílias desembarcaram no Brasil na condição de refugiados de guerra.

Antes, permaneceram durante sete anos na Áustria como exilados, após serem expulsos de seu país de origem, a Iugoslávia, numa sangrenta perseguição étnica.

No decorrer do tempo, a cooperativa agrária transformou-se numa referência de organização social e econômica. É proprietária da maior maltaria da América Latina - a Agromalte S/A. Está entre as comunidades agrícolas com maior índice de produção e produtividade em soja, milho, trigo, cevada, aveia e triticale. Mais recentemente, incorporou o cultivo de flores e uma indústria do setor de panificação. Do ponto de vista social, a cooperativa agrária responde, diretamente, pela vida de milhares de pessoas. O distrito de Entre Rios está distribuído em cinco comunidades, núcleos urbanos dotado da mais moderna infra-estrutura. A maioria de seus moradores cultiva o idioma e as tradições germânicas, em respeito à história de seus antepassados e à diversidade cultural que marca este grandioso e hospitaleiro país, chamado Brasil.

Os suábios do Danúbio viveram durante dois séculos no Baixo Médio Danúbio, no sudoeste da Europa, durante a vigência do Império Austro-Húngaro. Foram lá colocados para cultivar áreas que eram verdadeiros pântanos. Em 200 anos, transformaram essas áreas no “Celeiro do Império Austro-Húngaro.” Em quase 60 anos aqui no Brasil, os suábios conseguiram suplantar toda sorte de dificuldades. No começo, muitas famílias não resistiram e retornaram para a Europa. Os que ficaram, modificaram completamente as terras do interior de Guarapuava e legaram ao Paraná, novos e revolucionários conceitos de convivência no meio rural. Atualmente, a cooperativa agrária emprega 1.100 funcionários.

No ano passado, o faturamento do complexo agrário (com a maltaria, fábrica de ração e indústria de óleo) foi de aproximadamente R\$ 1 bilhão. O que aconteceu e acontece em Entre Rios, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não é fruto de nenhum milagre. É produto, sim, de muita pesquisa, de muito trabalho, de muita dedicação.

Os cooperados da agrária seguem as mesmas regras impostas pelo Governo para o setor rural. Estão sujeitos a todas as variações da política agrícola, e na maioria das vezes, da falta de uma política agrícola com regras claras e condizentes com a realidade dos nossos agricultores.

O que fez de Entre Rios uma comunidade diferente foi a decisão dos Diretores da cooperativa agrária, nesses anos todos, de investir decididamente em pesquisa, no reinvestimento dos lucros em obras de infra-estrutura. Foi decisivo, também, a preservação da cultura e das tradições de seus antepassados. Graças a isso, Entre Rios tornou-se um centro procurado por estudiosos do mundo inteiro, pelos mais renomados pesquisadores em história, agricultura e costumes. Passou a ser visto como um exemplo de que o cooperativismo é um modelo viável e pode ser seguido por outras comunidades.

Fica aqui o nosso registro, porque acreditamos nos exemplos de Entre Rios.

Parabéns aos suábios do Danúbio, parabéns à cooperativa agrária. E o nosso desejo de que sua história possa contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país”.

Era o que tinha para o momento. Agradeço, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, no horário dos Democratas, Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvia atentamente o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando ele usava a tribuna no Grande Expediente, fazendo algumas considerações em relação ao pedágio, em relação à uma multa a ele aplicada. Então, quero deixar claro, Deputado Romanelli - a quem eu respeito como Parlamentar e admiro o trabalho que V. Exa. faz como Líder do Governo, defendendo muitas vezes questões quase como indefensáveis, mas esta é a função do Líder do Governo - a questão do pedágio é um mal necessário, e para o Governo do Estado acho que é um bem, porque graças ao pedágio o Requião se elegeu duas vezes Governador do Paraná. Se não fosse o pedágio, o Requião já teria perdido a primeira eleição lá em 2002. Ele se elegeu em cima do pedágio, duas vezes - “Ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba” - o pedágio não baixou, não acabou e continua aumentando.

E disse também o Deputado Romanelli que o contrato feito pelo Governo, não passado, pelo Governo retrasado, porque o Governo passado já é o próprio Governo Roberto Requião, havia sido feito de uma forma com muita eficiência e o contrato teria sido blindado.

Lógico, o outro faz um contrato, por menor ou maior que ele seja, tem cláusulas que devem ser seguidas. E se vivemos num estado de direito democrático, que diz que deve ser respeitada a lei e nós vivemos, felizmente, num estado de direito democrático e nenhum Governo pode estar acima das leis, e não venho eu, e não me interpretem errado, dizendo que o Elio está defendendo o preço alto do pedágio. Longe disso, longe disso! As rodovias do Paraná estavam acabadas, essa é a verdade. Bem ou mal, feito o pedágio, mas o pedágio pelo menos trouxe umas rodovias de volta para que as pessoas possam transitar nelas.

Agora, se o preço é abusivo, Deputado Romanelli, Srs. Deputados, já tenho falado aqui da tribuna, nos primeiros dias vamos votar um projeto de nossa autoria, que visa exatamente encontrar uma forma, uma solução para reduzir o custo do pedágio. Se o Governo diz que o pedágio é abusivo, Deputado Marcelo Rangel, então, em primeiro lugar, o Governo retire a taxa que ele cobra, o imposto que o Governo cobra do usuário e use esse

dinheiro para reequipar a Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal e também para fiscalizar as próprias concessionárias.

Num segundo momento que use o Governo do Estado também: retire as rodovias vicinais, aliás isso está no nosso projeto e as rodovias secundárias voltam para a tutela do Governo do Estado e nós teremos uma redução considerável. Já tenho falado sobre este assunto, mas volto a repetir: esse projeto virá para a Assembléia Legislativa nos próximos dias, com toda certeza será objeto de um amplo debate, de um grande debate. Se falou sobre o pedágio daqui para Paranaguá, o pedágio localizado no município de São José dos Pinhais, se paga R\$ 11,40 para um carro pequeno, parece que esse é o valor, mas a concessionária tem que conservar a rodovia Alexandra-Matinhos, que são 31 quilômetros, que não é a 277; a concessionária também tem que conservar a estrada que liga da 277 até Praia de Leste e segue adiante; a concessionária também tem conservado a rodovia que vai da 277 até Morretes, até Antonina; também tem que conservar a Serra da Graciosa. Tudo isso é pago numa praça de pedágio!

Srs. Deputados, se o Governo é contra o pedágio, ele que assuma suas rodovias estaduais. As rodovias voltam à tutela do estado, ele as conserva e com a planilha de custos que o Governo tem, junto com as concessionárias, transforma isso em desconto para o usuário. Esse é o primeiro momento que o Governo do Estado tem para reduzir o custo do pedágio no estado do Paraná, porque as demais ações que são feitas: vamos fechar aquela rodovia; levanta-se as cancelas; não se cobra pedágio; MST invade a praça de pedágio; a concessionária não cobra! Ora, as empresas têm um contrato e eu disse que vivemos num estado de direito democrático, então as empresas vão procurar os seus direitos, a Justiça vai interpretar, pura e simplesmente a lei, e alguém vai pagar por isso! Quem vai pagar? É o Governo, é a sociedade do Paraná! Em suma, quem paga é o povo do Paraná as ações que são feitas, unilateralmente em relação ao pedágio.

A questão que o Deputado Romanelli levantou sobre a multa que foi aplicada, não vou entrar no mérito, como não concordo que nenhum cidadão venha infringir qualquer lei ou querer burlar a lei. Também não posso aceitar isso, em absoluto!

Deputado Caíto Quintana, primeiro cedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel, que havia pedido anteriormente.

### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Elio Rusch, já tive a oportunidade de falar pessoalmente ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, com todo respeito, falei também na tribuna que, na minha opinião, foi um grande erro que o Parlamentar cometeu. Na minha opinião é injustificável e a melhor defesa, me permita dizer, Deputado Romanelli, seria um pedido de desculpas, isso na minha opinião, seria o mais correto a fazer. Agora, persistir no erro, Deputado, defender fazendo apologia, acho desnecessário, porque

todos os Deputados aqui da Assembléia querem é realmente uma tarifa justa, que o pedágio tenha uma tarifa correta, que nós consigamos, através de projetos, através de fiscalização, trazer uma tarifa justa para os pedágios do estado do Paraná.

Agora, não podemos aceitar que realmente se faça apologia a uma infração. É a minha opinião.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Marcelo Rangel, lógico, quando falamos em defesa da cidadania, acho que todos nós, nenhum Parlamentar, nem da Oposição e nem da Situação, ninguém é contra o cidadão. Todos nós defendemos a cidadania. Agora, a cidadania não pode ser defendida burlando a lei.

Cada um faz do seu exercício de mandato de Deputado aquilo que achar conveniente. Tem que estar consciente daquilo que ele faz e da responsabilidade que cada um tem perante a legislação.

Vamos ter dois pedágios no Paraná, duas formas de pedágio: uma, aquela que foi instituída no primeiro, no ano de 1997, 1998. Sabemos que as empresas que participaram, que ganharam a licitação, foram responsáveis por reconstruir muitas rodovias. Agora, o segundo pedágio, que é instituído pelo Governo Federal, o Governo entrega as rodovias em perfeito estado e as concessionárias apenas têm a sua responsabilidade na conservação dessas rodovias.

Mas, sei que o pedágio foi motivo de muitas discussões. Haverá de ser motivo de muitas e muitas, de tantas e tantas discussões ainda aqui na Assembléia Legislativa. Mas, quero deixar claro, também quero reduzir o custo do pedágio, mas dentro da legalidade, dentro da conversação. Unilateralmente não se resolve o problema. Se resolve conversando, sentando à mesa, daí se resolve a questão do pedágio no nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

## ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e convidados.

O noticiário político estampado nos principais jornais do país traz algumas coisas bastante polêmicas, e naturalmente tem recebido a crítica da opinião brasileira.

Saiu neste final de semana que o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, Berzoini, quando no cargo de Ministro do Presidente Lula, ele deve ser um apaixonado por fotografias e mandou fazer um álbum muito grande, que custou aos cofres do Governo mais do que daria para montar um estúdio ultramoderno, de última geração, de primeiríssimo mundo. Um estúdio não custaria tão caro como quanto o Berzoini gastou. Não do

bolso dele, do dinheiro público, para quem sabe deixar de herança, de presente para os filhos, para os netos, para as gerações futuras a fotografia dele, a imagem dele.

Também na última semana o assunto dominante na televisão, no jornal, no rádio, foi o Senador do Ceará, Cid Gomes, que fez uma viagem para os hotéis mais luxuosos do mundo, para os países de Primeiro Mundo. Ele tem bom gosto, pelo que a televisão mostrou, só hotel, o cabra ali que não foi rico, e muito rico mesmo, não pode passar nem em frente ao hotel. Mas, a bronca é que ele fretou o jatinho, e além da comitiva do Governo, levou também a sogra. Naturalmente a sogra foi como babá da filha, que é esposa do Governador Cid Gomes. Aí foi um escândalo na imprensa. E vem o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, não sei se ainda é funcionário da Rede Globo de Televisão: “Se o Cid Gomes levou a sogra na comitiva, com tudo pago pelo Governo, por que não vou levar a minha sogra também?” Mas tem que ser diferente, e o Hélio Costa levou a sogra e o sogro. Tenho a impressão que se surgir uma briga em família, nessas viagens oficiais pagas com o dinheiro público, ali está a sogra, o sogro, para dar conselho para a família. Deve ser isso!

Analizando esse noticiário político é que vemos que o pessoal do SindSaúde, tomando uma posição sobre o que é cargo político, não tenho nenhuma pessoa da minha confiança indicada em nenhuma Prefeitura e em nenhum órgão estadual, nem Governo Federal. Não tenho.

É sabido que o Governo, para poder ter o apoio dessa Assembléia Legislativa, tem que ter a lei da compensação. Ele dá ao Deputado, e isso já vem de muitos anos, o chamado mando político, mas o preço é lógico: é o Deputado, a Deputada da base do Governo a favor dos projetos do Governo, mesmo que eles sejam impopulares.

Muitas vezes fico com pena aqui de ver Deputados da base governista, que sentimos que ele gostaria de votar contra determinado projeto, que sabe que vai se queimar com a opinião pública, mas está amarrado com o Governo. Se votar contra, perde a mamata de indicar chefias de núcleos, altos cargos do Governo Estadual.

No Governo Federal não é diferente, porque o Presidente da República tem uma base poderosa tanto no Senado, como na Câmara dos Deputados. Porque ele dá em troca, o Parlamentar da base aliada vota de acordo com os interesses do Governo. Será que todos os Parlamentares que estão afinados com o Governo, quando indicam um Diretor da PETROBRAS, quando indicam alguém para Ministro com alta função na república, será que essa autoridade indicada pelo Deputado ou pelo Senador, é para cuidar dos interesses do povo ou para cuidar dos interesses do Parlamentar que fez indicação política? Lógico! Em primeiro lugar para servir o senhor que o indicou. É por isso que surgem as broncas do Paulinho, da Força Sindical, e tantos outros problemas.

O Governo dá, mas quer em troca o apoio fechado desse Parlamentar. E muitas vezes os Parlamentares colocam pessoas sem nenhuma qualificação profissional para a função que vota para o Governo. A única coisa que se sabe é ser puxa-saco, bajulador de quem o indicou para a função.

É aquela velha piada que corre até em programas de humorismo. “Qual é o QI? QI é quem indicou.” Por isso, Sr. Presidente, vendo aqui o pessoal da área de Saúde, acho que seria interessante um dia, que essas funções de assessores pudessem ser através de concurso público, mas tenho convicção que vou morrer e não vou ver isso concretizado. Vai levar muitos anos ainda, infelizmente, para mudar esse sistema de administrar que atinge o Senado Federal, a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais. Tem Câmara que bota o facão na cabeça do Prefeito, domina o Prefeito de tal maneira, que o Prefeito é obrigado a fazer o jogo que a Câmara quer.

Ainda hoje está na Gazeta do Povo que aqui em Curitiba, uma cidade que caminha para 2 milhões de habitantes, tem os currais eleitorais. Os Vereadores que apóiam o Prefeito de Curitiba e que cada um é dono de um bairro. Esse bairro aqui é meu. Se não quiser que faça a creche ali, não vai fazer. Não permite que outro Vereador venha se intrometer no reduto dele. E muitas vezes isso pode dar certo, mas na maioria das vezes, o preço que a população paga é muito caro.

Quero louvar a presença do Deputado Vanhoni, que é um homem digno que honra o Paraná em Brasília, que faz política a favor do Paraná. Não tenho nenhuma afinidade política com V. Exa., mas tenho um respeito grande, porque sei que V. Exa. não se enquadra nesse tipo que vai lá ficar buzinando na orelha do Presidente Lula, para colocar altos figurões nos altos escalões da república apenas para fazer jogo político, jogo interesseiro do Deputado, do Senador e não para tratar dos interesses do povo brasileiro.

Antes de terminar, quero parabenizar a Justiça que proibiu a marcha da maconha aqui no Paraná. Que vergonha! Temos que dar o nosso respeito, temos que estender a nossa mão àquele viciado do cigarro, da droga química, estender o nosso coração para tirar esses viciados do maldito vício, porque eles estão caminhando para ao abismo.

Agora, entre dar o apoio para recuperar o viciado e apoiar a marcha que é para aumentar o consumo, aumentar o comércio, começa na maconha, aí vem cocaína, êxtase, heroína, crack, todo tipo de desgraça que destrói o jovem, a sua família. O grande mal do século, ou talvez do milênio, essa maldição da droga que está se propagando. Quero parabenizar a Justiça, não tem que ter marcha a favor de droga nenhuma! Temos que ter uma ação conjunta para combater esses traficantes que infernizam e destroem a felicidade dos nossos jovens.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, Professor Luizão. Antes porém, aproveitando o horário do PT, quero conceder a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni, que quer fazer um convite aos Srs. Deputados.

## ***Liderança do PT: Deputado Federal Ângelo Vanhoni***

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Quero agradecer a deferência do Deputado Nelson Justus. Para mim é uma satisfação muito grande estar aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conversando com a maioria dos Deputados, foi Deputado comigo durante duas ou três legislaturas. É uma honra poder me dirigir a esta Casa. O convite que trago, na realidade, é à toda Assembleia Legislativa, mas diz respeito aos Deputados que trabalham na Comissão de Educação e Cultura aqui da Assembleia Legislativa.

O estado do Paraná tem 90 mil estudantes nas universidades públicas estaduais. Em Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, em diversas regiões do nosso estado, na região do nosso querido Elio Rusch, lá na região de Toledo também.

O Governo gasta 1 bilhão e 400 milhões para manter essas universidades em todo estado. O Governo Federal tem um programa para aumentar o número de estudantes em todo Brasil, nas universidades públicas e também nas universidades filantrópicas.

Hoje, em idade escolar no Brasil, são 44 milhões de jovens entre 17 e 24 anos de idade. Jovens que podem estar cursando um curso superior. Desses 44 milhões, 4 milhões estão nas universidades: 1 milhão e 200 nas públicas e perto de 3 milhões nas particulares de todo Brasil.

Desses 1 milhão e 200, 620 mil estão nas públicas estaduais e municipais. O Paraná, proporcionalmente, é o estado que mais gasta o seu dinheiro no Brasil com estudante de nível superior. Só perde para São Paulo, pelo número de São Paulo que todos conhecemos, que é o maior estado do Brasil.

O Governo Federal tem duas linhas de programa para fazer com que ultrapassemos esses 4 milhões. Até 2015, 2012, uma meta para que saíamos de 11% e cheguemos a 30% dos jovens em idade escolar, no ensino superior. Quais são as duas linhas mestras do Governo Federal? Ampliar a rede pública federal, criando universidades e fazendo um programa para que as universidades públicas federais possam abrir cursos noturnos.

Então, tem um programa de dinheiro, facultando às universidades federais de todo o Brasil, para que ampliem o número de vagas. Nas universidades particulares temos um programa que todos os senhores conhecem, que é o ProUni. Todas as entidades filantrópicas que têm alguma dívida ou imposto a ser pago para a união, pode reverter isso em matrícula para os estudantes, no Brasil. São perto de 250 mil jovens, hoje, estudando nas universidades particulares de todo o Brasil, com este regime.

No entanto, tem um problema no MEC. Nós não temos um programa do Governo Federal, que possa se utilizar da rede pública estadual e municipal para fazer a ampliação de vagas. Então, a rede pública estadual de São Paulo e do Paraná têm as melhores notas dos cursos de Agronomia, Odontologia, Medicina, Direito, Arquitetura, Engenharia, e não temos nenhum programa, porque a lei

não prevê que o MEC possa soltar R\$ 10 para fazer com que um aluno possa frequentar uma escola pública estadual ou municipal.

Então, percebendo esta lacuna nos programas do Governo Federal, tem um projeto de um ex-Reitor de uma universidade lá do Maranhão, que mexe na Constituição para fazer com que o Governo Federal possa jogar dinheiro nos estados, mediante a troca de matrículas dos estudantes no ensino superior. E eu também entrei, ano passado, por orientação dos Reitores das universidades estaduais e municipais do Brasil inteiro, com uma proposta de um programa para o MEC.

Pois bem, na quinta-feira, agora, os Reitores de todo o Brasil estarão em Brasília, acompanhados dos Secretários de Ciência e Tecnologia, para junto com o MEC e com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, começar a abrir esta discussão para que o MEC possa fazer o mesmo programa que faz nas particulares, nas federais, possa fazer isso também nas públicas estaduais e municipais.

Se isso acontecer, o Paraná, que já investe 1 bilhão e 400 milhões no ensino superior, pode diminuir o aporte de recursos ao logo do tempo no ensino superior, e jogar seus recursos, que é sua atribuição, para o ensino médio, para o ensino fundamental, o que é base para termos uma Educação de qualidade, em todo território nacional.

Como esta é uma reunião importante, os Reitores todos do Paraná já confirmaram presença, de São Paulo também confirmaram, não é uma luta fácil, porque tem técnicos do MEC que argumentam que não está na Constituição, porque a mantenedora é o estado e não é a união. Mas, é um raciocínio ilógico, que procura uma justificativa para não fazer o programa, porque nós estamos dando recursos públicos, que são os impostos, para as filantrópicas. A Tuiuti, a UNICEMP, a PUC, qualquer uma destas universidades recebe recursos públicos, que são os impostos, em troca de alunos inscritos no ProUni. Se uma universidade destas pode esclarecer, eu me pergunto, porque a Universidade Estadual de Londrina, que é expert em vários cursos, não pode receber um aluno do estado do Paraná ou de qualquer região do Brasil para fazer um curso, desde que tenha preenchido os critérios estabelecidos pelo MEC.

É um bom programa. Vem na perspectiva de aumentarmos o número de vagas para os jovens brasileiros em curso superior. E fica aqui o convite, o Deputado Péricles parece que conduz a Comissão de Educação e aproveito e extrapolo um pouquinho do tempo para dizer do problema da VIZIVALE. Todos os senhores conhecem o problema da VIZIVALE. É um problema de difícil solução. Não é um problema fácil. Perto de 35 mil professores que tiveram seus cursos realizados aqui no estado do Paraná e estão numa situação difícil, hoje, porque o Tribunal de Contas está para fazer um corte e determinar que os Prefeitos até tenham que restituir verbas dos salários que foram pagos a estes funcionários públicos que alcançaram uma melhoria na sua condição

de trabalho. Mas, quero dizer aos senhores que nesta semana ou, no mais tardar, na semana que vem, teremos um parecer da área jurídica do Ministério da Educação que possa dar uma solução definitiva a esse caso que vai ajudar a resolver a situação de 35 mil professores das escolas públicas municipais em todo o território do nosso estado.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e deixo aqui um abraço! Tenho notícias da Assembléia Legislativa e sei que está sendo bem conduzida, bem como do trabalho que os Srs. Deputados têm feito aqui na defesa dos interesses do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Professor Luizão, V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, questão de ordem.

(**Assentimento**)

Cumprimento o Deputado Vanhoni! Quero dizer que estamos com saudades da sua atuação como Parlamentar aqui. Ele que é um grande Deputado. Se for necessário, tenho a Liderança da Oposição, que o Deputado Vanhoni poderá fazer uso, com todo o prazer!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria aproveitar, rapidamente, porque apresentamos uma moção de apelo assinada por todos os Deputados ao Presidente da República e ao Ministro da Educação. Vou solicitar à Mesa que entregue uma cópia da moção ao Deputado Ângelo Vanhoni, porque ele tem ajudado muito lá em Brasília na questão da VIZIVALE e acho que ele pode ter uma conversa com o Ministro ou com o próprio Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Com a palavra o Deputado Professor Luizão.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Boa-tarde!

Srs. Deputados, serei breve, até por conta do informe do Deputado Ângelo Vanhoni, para que não haja distribuição de tempo desigual aqui, uma vez que ele é do Partido dos Trabalhadores, mas o informe é importante e de interesse do nosso estado. Fiz questão de utilizar este espaço, hoje, para destacar uma boa notícia que o nosso país teve na véspera do feriado, que foi a classificação do nosso país pela Agência Standart & Poor, como um país que alcançou um grau de investimento. Essa foi uma notícia que poucas pessoas esperavam e que surpreendeu autoridades monetárias em um momento complicado da economia mundial, pois muitos países estão apreensivos

com os rumos da economia e, no entanto, essa agência que é respeitada a nível internacional, classificou o nosso país como grau de investimento. Isso nos dá a tranquilidade que estamos com a nossa economia bastante sólida, dando credibilidade para os investidores estrangeiros e, claro, para os brasileiros que pretendem investir nos próximos anos. Dá uma segurança, e por quê?

Porque essa agência classifica o país baseando as suas informações na tendência para os próximos dois anos. Ela avalia todo o histórico do país, como está a estabilidade econômica, como estão as decisões de Governo, em que sentido o país está caminhando e avalia a tendência para os próximos anos. Essa classificação de risco é uma ferramenta usada pelos investidores estrangeiros na hora de decidir em quais países colocarão as suas aplicações, reflete o risco que o país tem de não honrar os seus compromissos. E tem uma analista dessa agência, a Lisa Schineller, que diz o seguinte: “O Brasil é o 14º país com dívida em moeda estrangeira a receber a classificação grau de investimento. A elevação reflete a maturidade das instituições e da estrutura política do Brasil, como evidenciado pela melhora fiscal e da dívida externa e também pelo avanço na tendência de perspectiva de crescimento”.

Então, acolhemos com grande satisfação essa notícia e acompanhamos, já no final dos dias úteis da semana passada, a euforia nas Bolsas de Valores, principalmente na BOVESPA, que é uma das principais Bolsas de Valores do mundo, hoje. Isso se deve ao fato de que a nossa economia está estável, o Governo não pratica malabarismos, nem mesmo em período eleitoral, haja vista que no ano de 2006 era período eleitoral e nem por isso o Governo tomou decisões precipitadas ou eleitoreiras que pudessem comprometer o futuro da nossa economia.

O crescimento econômico do Brasil é combinado com a justiça social. Ao mesmo tempo em que o Governo trabalha para que as empresas sejam fortalecidas, para poder gerar mais emprego, também há o interesse e uma política forte para o fortalecimento da agricultura sem descuidar da área social, da geração de emprego, de combate à pobreza. E principalmente investimento de Educação, assunto que o nosso Deputado Ângelo Vanhoni acabou de falar. Temos vários programas hoje que permitem ao jovem que, ao concluir o ensino médio, possa ingressar numa universidade. As universidades públicas estão sendo ampliadas, estão sendo criadas milhares de vagas. Com a construção de novas universidades, a construção de novos campi universitários e a construção de escolas técnicas pelo Brasil afora, em torno de 150 escolas técnicas, das quais o Paraná já foi beneficiado com seis. Então, estamos caminhando para preparar essa juventude também para poder contribuir com o crescimento do nosso país.

Essa nova avaliação pode acelerar ainda mais o crescimento do nosso país. O nosso Governo está empenhado com o PAC, que não é um programa só de discurso, mas um programa que está liberando dinheiro, na prática, para obras de infra-estrutura neste país, obras de

habitação. E falando em habitação, tem um dado importante em relação ao setor imobiliário no Brasil. Para os senhores terem uma idéia, além do investimento nacional na construção civil, no setor imobiliário, tivemos no ano passado 14 bilhões de investimentos estrangeiros. Isso no ano passado. Em comparação a 2006, o investimento estrangeiro no setor imobiliário brasileiro significou um acréscimo de 146% em relação a 2006. E neste ano, a tendência é também essa. Um aumento muito grande de investimento no setor imobiliário, na construção civil. Temos uma informação que a China teve um investimento estrangeiro no setor imobiliário de US\$ 15 bilhões. O Brasil teve US\$ 14 bilhões. O único país emergente que mais teve investimento estrangeiro no setor imobiliário do que o Brasil, foi a China, no ano passado.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Permite-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Quero agradecer o aparte e também me socializar ao seu pronunciamento. Realmente, o momento que vive o país, eu na semana passada me pronunciava e V. Exa. fala muito bem da questão da posição que o país encontra-se hoje na questão de investimentos externos, e um momento ímpar para o país também é a questão dos alimentos. Como existe a crise mundial de alimentos, é o momento muito importante de o país negociar contratos de longo prazo para o mundo. Fornecer comida para o mundo e negociar com preço que vai dar condição ideal de aumentar a renda do produtor e também alavancar mais a economia brasileira. E também é o momento das empresas brasileiras se modernizarem e também transformarem mais as matérias-primas e agregar mais valor à produção de alimentos.

É um momento extraordinário que passa o país. Podemos abastecer cada vez mais o mundo com alimentos. É um momento fantástico e temos de aproveitar tirando barreiras alfandegárias dos países que compram nossos produtos e fazer boas negociações no mercado externo com contratos de longo prazo, fornecendo comida para o mundo.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

#### **O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)**

Obrigado pelo seu aparte, Deputado Elton Welter.

Em resumo, gostaria de destacar a importância dessa classificação do Brasil como grau de investimento, o que vai mostrar o Brasil lá fora, que o Brasil já é bastante respeitado lá fora pela forma como está sendo conduzida a política econômica e a política de Governo. Mas, a partir dessa classificação de grau de investimento, os olhos vão se voltar para o Brasil. E temos aí boas perspectivas para o futuro. Tanto empresários, trabalhadores, comerciantes, poderão ter a segurança que o país vai continuar crescendo de uma forma sustentável e bastante sólida. Isso nos dá tranquilidade e boas perspectivas para todos os setores da sociedade brasileira, que podem vislumbrar um país melhor e de progresso.

Obrigado pela atenção, Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB.

(**Declina**)

PDT. Concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno, por 10 minutos.

## ***Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno***

O SR. EDGAR BUENO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje venho para fazer um registro aqui. Estou apresentando um requerimento nesta Casa, para evidenciar os 13 anos da presença da rádio CBN, em Curitiba. É uma rádio que toca notícias, que está envolvida nos assuntos políticos, sociais e culturais, na discussão da cidadania. É uma rádio diferente, que implantou um novo sistema de rádio e implantou no Paraná e no Brasil. Por isso, Deputada Cida Borghetti, faço esse requerimento como reconhecimento, meu, pessoal, e acredito que de toda a Casa, pelo trabalho que faz a rádio CBN, hoje, em Curitiba, no Paraná e no Brasil. Treze anos de uma história bem implantada. Ela me satisfaz como uma emissora de informação. Futebol eu apenas assisto na Banda B. Mas na CBN tem tudo isso. Ela veio para ficar. Para os cidadãos que querem saber o que está acontecendo na sua cidade, no seu estado e no país, esta é uma das maiores fontes de informação que temos no sistema rádio. Quero que conste nos Anais da Casa do respeito que temos pela rádio CBN.

Falar de um assunto da nossa região oeste do Paraná. Mais uma vez aconteceu, uma de suas famílias perdeu o seu filho com apenas 23 anos. Há 60 dias atrás, um garoto de 19 anos perdeu a vida - quando foi tentado, de todas as formas, o seu atendimento no IML; mas não, ele não foi atendido. Foi para Cascavel, que não tinha estrutura ou vontade de atendê-lo. Tive que interferir energicamente para que esse pai conseguisse o atendimento. Imaginei eu de que estava tudo resolvido, porque me diziam que o Instituto Médico Legal de Toledo estava fechado, por greve e por reivindicação salarial e de estrutura. Mas passou tanto tempo e imaginei que isso tivesse sido resolvido. Agora, na sexta à noite, o garoto Wellington da Silva - e seu pai Everaldo da Silva - ele de apenas 23 anos, faleceu em um acidente. Ele de Oliveira Castro, região de Guaíra. O pai conduz o corpo desse menino até Guaíra, que não resolve o problema - nem sequer Instituto Médico Legal tem. Conduz até Toledo e depara-se com o Instituto Médico Legal fechado. Que vergonha! Isso é o cúmulo do desrespeito com o cidadão. Ao chegar em Toledo acabou sendo encaminhado para Cascavel - onde também falta estrutura - e acabou sendo atendido este pai, o corpo desse menino, apenas às 10h da manhã. Imaginem a tragédia, o que isso significa para um pai desesperado que pede, no mínimo, respeito de um Governo que tem que colocar essa estrutura lá. É de direito do povo. E vem o Secretário aqui, descaradamente e apoiado por alguns, vem aqui dizer que é a melhor estrutura de Segurança de todo o estado.

Deputado Duílio, o senhor que é de Toledo, gostaria que o senhor interferisse energicamente para que isto chegasse até aos ouvidos do Líder do Governo nesta Casa, àqueles que dão sustentação e protegem o Secretário quando ele vem aqui, que levasse esse descabro, esse desrespeito com a falta de estrutura que o estado não dá para atender a população.

O Sr. Duílio Genari (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Agradeço, Deputado Edgar. Com referência ao IML de Toledo é um assunto, uma discussão, que já vem de 10, 15 anos. Mas a grande verdade é que o IML de Toledo estava funcionando num local locado, o imóvel, e a Prefeitura de Toledo já doou o terreno para construir o IML de Toledo. E felizmente o Diretor do IML esteve em Toledo agora, há 60 dias, e assumiu o compromisso que seria resolvido o assunto.

Infelizmente hoje não posso lhe informar. Informei-me com o Prefeito João Carlos Scavinatto agora há pouco e não tem data para solucionar o problema.

Então, é uma vergonha que o interventor esteve em Toledo, juntamente com assessores, esteve junto conosco e prometeu que iria solucionar o problema e não aconteceu.

Então, de fato, o seu pronunciamento vai calhar muito bem dentro do próprio Governo.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

O problema do IML de Toledo já remonta uns 11 anos, mais ou menos. Mas agora foi feito concurso público para médicos-legistas e eles estão na iminência de serem nomeados.

Então, logo que isso ocorra terá solução definitiva no IML de Toledo e de outros IML's do estado. De fato, está havendo uma aparente demora, mas o concurso foi realizado e os médicos-legistas, os auxiliares, serão contratados pelo concurso e teremos uma solução definitiva no IML.

Claro, também concordo, há uma demora, mas já são mais de 11 anos que estamos brigando e o município sempre renovava o convênio, mas agora terá uma solução definitiva. Infelizmente ainda não pode acontecer a nomeação desses concursados no dia de amanhã em função da questão burocrática, levantamento social que está sendo feito dos concursados do IML. Inclusive esta Casa de Leis já votou um projeto ampliando o número de funcionários do IML, que são esses que já fizeram o concurso.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Quero informar ao Deputado Elton que dito aqui, questionado foi o Secretário, e nem sequer foi aprovado ainda o concurso porque disse que está em análise na Universidade Federal. E até quando vamos ter paciência para agüentar isso?

Então, perguntei ao Secretário: e os concursados que já faz quase um ano que fizeram o concurso, quando serão nomeados? Ele falou “Ah, precisa ainda o parecer final da Universidade Federal”. Ele disse isso na reunião, aqui. Então, não é tão rápido assim como o Deputado Elton Welter está dizendo que será, porque nem sequer o concurso ainda está aprovado e analisado. E eu perguntei ao Secretário: Secretário, mas até quando? Um ano para a Universidade? Se a Universidade Federal não tem competência, tira da Universidade Federal, mas vamos resolver o problema da população.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado, só para dizer que V. Exa. não precisa ficar tão indignado. Entendo que o drama pessoal dessa família que V. Exa. relatou tem que ser muito considerado, mas temos que reconhecer, estamos lutando para estruturar melhor o IML, serão mais de 100 profissionais contratados, 30 médicos-legistas, 70 peritos-criminais, e o concurso que V. Exa. se refere é o concurso para contratar Delegados e também escrivães e investigadores para a Polícia Civil.

Agora, efetivamente, contratado da Universidade Federal do Paraná tem que realizar o concurso de acordo com o edital. Não há como atropelar concurso público, uma coisa muito séria e cada passo tem que ser sujeito e é sujeito a um controle jurisdicional.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: o Secretário Delazari faz um belíssimo trabalho, é uma pessoa atuante e V. Exa., claro, sempre pode fazer os pleitos que quiser para poder reivindicar pelas comunidades que representa.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

V. Exa. coloca muito bem, mas V. Exa. deveria considerar que quase um ano para uma universidade pública não dar é falta de competência e respeito

Deputado Romanelli, com o maior respeito, não fico indignado por mim, fico indignado por aquele pai, mas não por um, por vários pais que viram seus filhos mutilados, que estão ali na frente de uma Delegacia, na frente do Instituto Médico Legal, à espera de quem, à espera do que, à espera de que decisão? Da universidade, do Governo, ou de quem? Então, quero me indignar, não por mim, mas quero me indignar por aqueles pais que realmente são desrespeitados na frente de um serviço de órgão público que deveria funcionar!

Quero encerrar registrando a presença, não só do Vanhoni, mas também do Deputado Barbosa Neto que está de passagem pela Assembléia Legislativa, que vem trazer as notícias do seu trabalho lá no Congresso Nacional e que é um orgulho para todos nós do Paraná.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

No horário do PMDB, Deputado Caíto Quintana.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana***

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, devido a se trazer à baila uma ação praticada pelo Deputado Romanelli, sua justificativa em tom sereno e elucidativo, e algumas réplicas por parte da Oposição questionando esse comportamento, quero dizer, Sra. Presidente, Srs. Deputados, que o Deputado Romanelli não precisa que eu faça a sua defesa pois ele o fez e a fará tantas vezes quantas necessárias, com competência.

Talvez o que tenha motivado a ação do Deputado Romanelli ao passar numa praça de pedágio sem efetuar o pagamento, seja a impossibilidade do protesto ante as praças de pedágio em razão da existência de interdito proibitório conquistado, antecipadamente, pelas concessionárias e que não está a permitir movimentações nas praças de pedágio conforme anteriormente se fez muitas vezes. Eu mesmo estive, por diversas oportunidades, em praças de pedágio, junto com caminhoneiros, protestando contra o preço absurdo cobrado pelas concessionárias.

Como este expediente tornou-se impossível de fazer, não como uma didática àqueles que nos ouvem ou aos paranaenses que usam as estradas, mas como uma demonstração de insatisfação pelo preço alto cobrado e de que também, didaticamente, o nosso usuário de rodovias, os nossos motoristas, passaram a ter o conhecimento de que uma multa por infrações como essa, só se presente para poder fazê-la. De modo que acho que esse é um assunto esgotado e como disse, não pretendo fazer defesa nem acusação de ninguém, está no foro de cada um e passa a ser mais uma forma que um Parlamentar, representante do povo do Paraná, pela indignação de que a população tem contra os preços de pedágio, encontrou para manter essa resistência aberta constantemente, numa luta que ainda não terminou, ações ainda são pendentes na Justiça.

Mas eu queria, Sra. Presidente e Srs. Parlamentares, comentar sobre o pedágio na proposição feita pelo Deputado Elio Rusch.

Aqueles que aqui estão e que nos ouvem, e àqueles que nos ouvem e nos assistem em suas casas, menos avisados do processo político e administrativo do Paraná, talvez venham até imaginar que o pedágio tenha sido instituído no Paraná no Governo Roberto Requião.

Dr. Batista, como é fácil virar a página da história. Quando o pedágio foi instituído, muitos Parlamentares que aqui estão eram Situação e aprovaram e aplaudiram e nada disseram contra a instituição do pedágio nos termos que ele foi instituído.

Hoje falamos em devolução de rodovias de sinais, mas foi o contrato anterior - eu não gosto de me referir a Governos anteriores, o mundo caminha para frente - mas de vez em quando tem que se buscar na história para se entender onde o erro aconteceu. Essa obrigatoriedade de conservação de algumas rodovias de sinais está inscrito,

contratado, no contrato da instituição do pedágio. A transferência da responsabilidade, viaturas, ambulâncias, nos trechos das estradas pedagiadas, ele está na origem do contrato assinado pelo Governo do Paraná, no Governo anterior.

Portanto, as concessionárias têm, hoje, um contrato público perfeito e assinado pelo Governo do Estado do Paraná, não pelo Governador Jaime Lerner, pelo Governo à época do estado do Paraná, que com a autoridade constituída que tinha assinado em nome do estado e não em nome pessoal. Está assinado pelas concessionárias, está assinado pelo DNIT, representando o Governo Federal. Portanto, um contrato do ponto de vista jurídico perfeito, na análise da Justiça, tanto que dezenas de ações movidas pelo Governo Requião acabaram frustradas na Justiça, exatamente, pelo fato de que o contrato público precisava ser respeitado porque ele era tecnicamente perfeito.

Ora, agora temos sugestões aqui no plenário que me surpreende, sugestões que foram exatamente aquelas colocadas sempre pelo Governador Requião. Não contra a existência do pedágio, mas pela implantação de um pedágio de conservação. As obras que tivessem que ser feitas seriam licitadas pelo estado, e essas obras seriam construídas pelo estado e, passada depois para a utilização da população. Mas isso não aconteceu e isso não foi acatado pelo contrato já firmado, como disse anteriormente, no Governo anterior.

Como Chefe da Casa Civil, Srs. Deputados, devo ter feito mais de 10 reuniões com concessionárias para que buscássemos fórmulas de baixar o preço do pedágio. Nessas conversas, muitas delas aconteceram da proposição de que obras que estavam à responsabilidade das concessionárias fossem retiradas do plano do pedágio.

Por que não houve aceitação, Deputado Elio Rusch? Porque essas obras, embora para serem construídas daqui a cinco, seis, oito anos, elas fazem parte da base de cálculo da cobrança do pedágio hoje. Portanto, se o Governo disser que vai tirar essas obras e baixar o preço do pedágio, para a concessionária é trocar seis por meia dúzia, porque ela já está cobrando hoje a parte referente à obra que vai construir daqui a seis anos.

Então, essa proposta vinda para cá, primeiro ela não pode ser acatada, porque ela vai contra um contrato já firmado no tempo do Governo Lerner representando o estado do Paraná, assinado pelas concessionárias e assinado pelo DNIT do Governo Federal. Contrato faz lei. A Assembleia não tem competência para fazer um contrato agora, desfazendo isso, devolvendo obras.

Em segundo lugar, se a Assembleia aprovar essa lei, tenha a certeza que quem entrará na Justiça contra a lei não é o Governo do Estado, é a concessionária. Que como lhe disse anteriormente, ela não está investindo, ela vai investir, mas para investir na sequência, ela já está cobrando hoje na planilha o custo do valor total do contrato. Portanto, ela não tem vantagem nenhuma. Ela não vai desembolsar agora, pelo contrário, vai capitalizar

agora para construir depois. Se ela tiver que baixar o preço, ela não vai capitalizar, portanto, se construir ou não construir, vira a mesma coisa. Não é assim!

Nós não temos essa competência, é bom lembrarmos que isso deveria ter sido levantado quando foi feito contrato. O modelo de contrato de concessão do pedágio do Paraná teria que ser outro. Teria que ser o contrato de manutenção da rodovia e não da execução de obras, nem tão pouco da transferência de responsabilidade, que foi transferido para as concessionárias colocarem o custo das suas tarifas e serviços que não é dos usuários do transporte coletivo, desde a colocação da disposição das concessionárias de veículos para a fiscalização da própria estrada.

Aliás, uma coisa engraçada, você fornece o equipamento para a pessoa que vai fiscalizar em seu favor. É evidente que isso não vai funcionar.

Gostaria de encerrar esse pronunciamento dizendo isso mais uma vez, que a Assembleia não venda o que não pode entregar. Temos que lutar sim, pela redução da tarifa do pedágio, pela negociação do pedágio, embora acho que esta fase está esgotada ou está sendo já transferida para o âmbito da Justiça. O que não pode é a Assembleia tentar ou julgar que ela vai votar o projeto aqui, que tenha força de alterar um contrato já feito, consumado e em execução.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança do Governo. Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Deputada Cida Borghetti que preside esta Sessão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Deputado Caíto Quintana, sei que V. Exa. com a melhor das boas intenções quis nos proporcionar o contraditório em relação ao seu pronunciamento. Mas V. Exa. diz que não cabe à Assembleia Legislativa, neste momento, fazer a lei para alterar o contrato firmado pelo Governo, no passado, que fez o contrato da concessão das rodovias.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa., tenho o maior respeito, até como um constitucionalista, porque foi o senhor o Relator da Constituição do Estado do Paraná. Quem foi a primeira pessoa a falar no Paraná de romper o contrato, foi o atual Governador Roberto Requião.

Ele tem formação de bacharel em Direito. É um dos bons advogados. Com toda certeza, ele jamais poderia falar algo que não fosse possível colocar em prática.

Mas o objetivo do Governador Roberto Requião em 2002 não foi de romper com o contrato, porque ele sabia, como V. Exa. disse na tribuna, há um contrato elaborado. E o contrato só pode ser alterado quando há concordância bilateral. Não unilateral. O Requião sabe disso.

Agora, entendo, e V. Exa. também disse aqui, Deputado Caíto Quintana, enquanto Chefe da Casa Civil, o senhor disse que inúmeras foram as reuniões com as concessionárias para possibilitar a redução do pedágio. Foi V. Exa. quem disse. E o projeto que nós apresentamos, que está tramitando nas comissões, visa, exatamente, a redução do custo do pedágio, no entendimento entre o Governo e as concessionárias.

Ora! Só se altera um contrato quando há concordância dos dois lados. Não existe forma, nem forma e nem fórmula de um rompimento unilateral. Não tem forma. E o projeto que nós apresentamos possibilita ao Governo de fazer estas alterações. Claro que ele pode, se quiser. Se as concessionárias assim desejarem. E eu não vejo motivo porque as concessionárias não haverão de concordar com isso. A concessionária cobra uma taxa do usuário. Ela cobra e repassa para o Governo do Estado. Se ela não precisa repassar mais para o Governo do Estado, não há necessidade de continuar cobrando. Não há motivo.

Já disse, inclusive, desta tribuna, deverá ser feito também um estudo pela Assembléia Legislativa e por nós - estamos estudando esta fórmula - de quem é a responsabilidade da conservação das rodovias federais? Não no Paraná, mas na Brasil inteiro. De quem? Do Governo Federal. Se o Governo Federal passa sua responsabilidade para as empresas, estas empresas mantêm às custas dos usuários, porque o Governo do Estado tem que ganhar dinheiro em cima destas empresas que recuperam, que fazem, que conservam, que dão assistência às rodovias, por que cobrar imposto? Abre mão dos impostos do Governo Federal e transforma isso em desconto para o usuário, já que a responsabilidade é do Governo Federal de manter isso.

Não vejo porque não. Só não há interesse em querer atender isso se não tiver vontade de resolver a questão do pedágio, no Paraná, de reduzir o custo do pedágio no Paraná. Por menor que seja ao menos um item, este está claro que o Governo pode resolver, que é a cobrança da taxa. Ou seja, ele cobra do usuário para passar para o Governo do Estado, para o Governo do Estado equipar a Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Estadual fiscalizar a concessionária.

Aí, sim, o Governo do Estado poderá encontrar uma forma. A não ser que o pedágio continue sendo o grande cavalo de batalha deste Governo.

**O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas) (Aparte)**

Parabéns por trazer este tema para a Assembléia Legislativa. Mas, queria também comentar a respeito de um outro tributo. É o IPVA. Cinquenta por cento do IPVA vão aos municípios, os outros 50% vão para a manutenção das estradas, manutenção teoricamente de 100% das estradas estaduais. O que acontece? Quando do advento da cobrança do pedágio, você tem hoje as principais rodovias do estado do Paraná ou aquelas com maior tráfego de automóveis e caminhões, pedagiadas. E com isto

o Governo acaba tributando em 100% e não dando a manutenção em 100% destas estradas. Ou seja, ela vai de encontro com sua linha de raciocínio. V. Exa. está querendo exonerar a questão da taxa, que é tributo, do pedágio. Eu também tenho uma proposta que diz, primeiro, como projeto de lei e depois como indicação ao Governo do Estado e está lá no Governo para ele estudar e se for vontade do Governador, pode utilizar, o quê?

Desonerar do IPVA aquele cidadão que acaba indo e vindo nas rodovias pedagiadas. É claro que até um percentual limite de 20%, para que esse cidadão que paga o pedágio e que não usa 100% do seu IPVA na manutenção das suas estradas possa abater e com isso fazer justiça a quase uma espécie de bitributação que ocorre no estado do Paraná.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Deputado Valdir Rossoni, gostaria que o senhor fosse bem breve.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)**

Serei rápido!

Nessa questão do pedágio tem uma coisa que me intriga. Tudo é discutível. Até provem o contrário, todos têm razão. Mas, o que não tem razão é um candidato a Governador se eleger Governador - e ele tinha conhecimento dos contratos das concessões das rodovias do Paraná e fez uma proposta, sabendo que não era possível ser renegociado. É isso que me intriga. Acho que toda essa discussão teria que partir dessa proposta e do conhecimento de quem fez a proposta de terminar com o pedágio ou acabar, que tinha conhecimento do contrário.

Obrigado!

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Deputado Romanelli, a Liderança do Governo já passou, mas concedo um minuto.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Ninguém usou o Horário da Liderança.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Já passou.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)**

Deputado Elio Rusch, esse tema merece uma profunda discussão, mas quero dizer a V. Exa. duas coisas. Primeiro, se o estado desobrigar o pagamento da taxa em relação à questão que envolve a fiscalização e a Polícia Rodoviária, sabe quanto reduz a tarifa?

Reduz em 1,5%. Tenho os estudos aqui em mãos, que já me foram fornecidos pelo DER. Mas, entendo que gostaria de ver o seu projeto tratando da redução da TIR de 22% para 8% - a Taxa Interna de Retorno - o lucro gordo das concessionárias do Paraná. Entendo que o seu projeto pode ser um grande instrumento de debate sobre a questão do pedágio no Paraná.

Queremos avançar. Voltar aos 2 mil e 700 quilômetros que deveriam ser conservados pelo projeto original e não os 300 quilômetros que as concessionárias hoje conservam em relação à onerosidade do contrato. Mas, é um tema que temos que aprofundar e, é claro, um minuto não dá para debater um tema tão importante quanto este. Mas, que eu quero reduzir o preço do pedágio, Deputado Elio Rusch, ah, isso quero com certeza absoluta!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Romanelli, conversava há pouco com um dos Deputados da Bancada do Governo e disse que, com toda certeza, a questão do pedágio será discutida até o ano 2023, quando termina a concessão. Terminando a concessão das rodovias no estado do Paraná - quando se faz a nova tomada de preços, uma nova licitação - ou volta para o Governo do Estado e o Governo do Estado explora o pedágio no estado do Paraná, em todo o anel de integração, e daí teremos uma redução de 50%, 60%, 70%, porque daí sim teremos apenas um pedágio de conservação.

Deputado Romanelli, acredito que podemos legislar dentro das nossas competências. Temos limites e entendo que o projeto que apresentamos está dentro dos limites que podemos lidar entre Governo e concessionária. Sobre o lucro, é uma questão contratual que tiramos da base de cálculo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputada Cida, lamentavelmente quero dizer a V. Exa. que não escutei ser chamado no horário da Liderança do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta presidência deseja informar ao nobre Parlamentar que a Liderança do Governo, na pauta, estava em primeiro no dia de hoje e chamamos duas vezes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acredito na sua palavra. Amanhã tem mais, porque o tema que eu queria tratar é esse tema abordado pelo Deputado Elio Rusch. Acho importantíssimo aprofundarmos esse debate, mas amanhã tem mais.

### **Ordem do Dia:**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício nº 078/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária de hoje (05/05/08), por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ato da Comissão Executiva, subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, considerando o infausto passamento do Sr. José Machuca, que exerceu o mandato de Deputado Estadual durante a 1ª Legislatura (1947/1950) e 2ª Legislatura (1951/1954). **Lido no Expediente da presente Sessão.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **2ª Discussão (Votação em)**

#### **ITEM 01**

#### **VOTAÇÃO EM**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLÊNÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emendas - Aprovadas.**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 795/07**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O Projeto de nº 795/07 dispõe sobre princípios, procedimentos e normas referentes à disposição final de resíduos sólidos no estado do Paraná. Pois bem, o projeto recebeu parecer favorável na CCJ e seguiu seu trâmite regimental, chegando até o Plenário desta Casa de Leis. Nesta oportunidade, na discussão recebeu emenda supressiva, que pretende suprimir a disposição acerca do prazo para adequação, pelas empresas, fazendo com que o prazo de 3 anos seja extinto, transmutando porquanto, as disposições do projeto já de imediato, quando de sua entrada em vigor.

### **Da Legitimidade**

Cabe neste passo considerações sobre a iniciativa da presente emenda. Em sentido amplo, constitucional pode-se amparar a aprovação com esboço no parecer vestibular, que assevera que compete à este Poder Legislativo dispor sobre o tema. Já no quesito estrito, forçoso esclarecer que está sendo respeitado o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ao passo que a emenda está sendo apoiada por outros quatro Deputados, tornando-a apta a ser discutida. Outrossim, o momento de apresentação, qual seja, em plenário também atende ao traçado no Regimento Interno. Posto desse modo, a legitimidade está em consonância com o requisitado para sua aprovação.

### **Do objeto da emenda apresentada**

A emenda procura unicamente, tirar do projeto o prazo de 3 anos para adequação das empresas aos dispositivos legais. Ora, em nada atrita com a ordem jurídica vigente esta supressão buscada. O legislador é livre, em visão ampla, para estabelecer regras e critérios, bem como prazos de lei. Por evidente que não se pode fugir da Lei Complementar nº 095/98, que por sua vez assevera que as leis que possuam realce apenas entrarão em vigor num prazo dilatado. Ocorre que, em se considerando a importância da proposta, a conclusão é de que a lei que está sendo modificada por este projeto tem realce jurídico, qual seja, a lei inicial, que traçou regras e princípios, inovando inicialmente a ordem jurídica estadual na seara da destinação final de resíduos sólidos.

Delimite-se que o tema é apenas de prazo para conformação das empresas atingidas pelo projeto de lei, nada mais, nada menos. Não nos parece portanto, que a supressão conflita com a ordem jurídica em vigor. Importante dizer, no entanto, que a discussão sobre o impacto no campo comercial ou empresarial poderá ser, em sendo o caso, discutido na Comissão Temática pertinente, qual seja, de Indústria e Comércio desta Casa de Leis.

### **Conclusão**

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Francisco Bühner, Waldyr Pugliesi e Edgar Bueno.

## **3ª Discussão**

### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Pentecostal a Glória de Deus, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 129/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Idosos de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### **ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/08, que propõe abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais), para aplicação na Secretaria de Estado da Educação - SEED. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### **ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública o Grupo REVIDE (Restaurando Vidas da Dependência Química), com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### **ITEM 07**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

### **ITEM 08**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Vila

América, com sede e foro no município de Cornélio Pro-  
cópio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM  
EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO  
EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.  
Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

## 2ª Discussão

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/08, de  
autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 206/08, que  
cria os cargos de provimento em Comissão que especi-  
fica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder  
Judiciário do Estado do Paraná, alterando o Anexo II  
da Lei nº 14807, de 20/07/05, conforme especifica.  
COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM  
EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de  
Plenário de nº 01, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 134/08

Modifiquem-se os artigos 1º e 3º do Projeto de Lei  
nº 134/08 para que passem a vigorar com a seguinte  
redação:

“Art. 1º Ficam criados 190 (cento e noventa) car-  
gos de assessor de Juiz de Direito de provimento efetivo,  
a serem providos por concurso público, na estrutura do  
Quadro de Sevidores do Poder Judiciário vinculado à  
Secretaria do Tribunal de Justiça do Paraná, que passam a  
integrar a tabela 1 do Anexo III da Lei nº 11719 de  
12/05/97 - Grupo Ocupacional Superior.

Art. 3º O provimento efetivo dos cargos criados  
por esta lei, dar-se-á por nomeação do Presidente do Tri-  
bunal de Justiça do Paraná, após os candidatos terem sido  
aprovados em concurso público.”

Sala das Comissões, em 05/05/08.

(a) TADEU VENERI

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Miltinho Pupio,  
Antonio Belinati, Duílio Genari, Rosane Ferreira e  
Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

É inegável a necessidade de suporte técnico ade-  
quado a todos os Juízes para que desempenhem sua fun-  
ção jurisdicional de forma adequada.

Neste sentido, não se pode negar a importância de  
assessores jurídicos para os Magistrados paranaenses.

Todavia entendemos que os cargos devem ser efeti-  
vos e providos por concurso público para que os melho-  
res sejam selecionados e bem desempenhem seu mister  
técnico.

As decisões dos Magistrados, obviamente estão vin-  
culadas ao livre convencimento dos mesmos, no entanto,  
obedecem ao rigor técnico das normas analisadas.

Por se tratar de decisões técnicas, estas dependem de  
conhecimento técnico do Magistado e de sua assessoria.

Os assessores devem ser profissionais técnicos que  
auxiliam o Magistado nestes parâmetros.

Ao considerarmos que a atuação dos assessores  
cujos cargos estão sendo criados é técnica, não há razões  
para transformá-los em cargos de confiança do Magis-  
trado que está atuando na comarca específica.

O profissional assessor deve ser de confiança do  
Poder Judiciário e dos destinatários da tutela jurisdicional  
e não de determinado Magistado.

**À CCJ para parecer.**

## 1ª Discussão

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/08, de autoria  
do Tribunal de Justiça - Ofício nº 131/08, que altera a Lei  
Estadual nº 1277, de 30/12/03, Código de Organização e  
Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dis-  
positivos que especifica e adota outras providências.  
COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM  
EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/08,  
de 10/03/08, em Ofícios).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 077/08

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Tribunal de  
Justiça, altera a Lei Estadual nº 14.277 de 30/12/03,  
Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado  
do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota  
outras providências.

É legítima tal proposição, pois a Constituição  
Federal estabelece, em seu artigo 96, a competência para  
legislar sobre o assunto, confirmado pelo disposto no  
artigo 101 da Constituição Estadual, a saber:

*Constituição Federal:*

*Art. 96. Compete privativamente:*

*II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais  
Superiores e aos Tribunais de Justiça, propor ao Poder  
Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo  
169:*

*(...)*

*d) a alteração e organização judiciárias:*

*Constituição Estadual:*

*Art. 101. Compete privativamente ao Tribuanl de  
Justiça, através de seus órgãos:*

*I - propor à Assembléia Legislativa, observando o  
disposto no artigo 169 da Constituição Federal:*

*(...)*

*d) a alteração da organização e da divisão judi-  
ciárias;*

*e) a criação e extinção de comarcas, varas ou dis-  
tritos judiciários.*

Foi informado o impacto financeiro, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98, com relação ao artigo 9º, Cláusula de Revogação.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto, com as emendas aditiva e supressiva anexas.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDAS ADITIVA E SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 077/08**

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Parágrafo Único. Os provimentos dos cargos tratados nesta lei deverão realizar-se mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 077/08**

**P A R E C E R :**

O presente projeto visa alterar a Lei Estadual nº 14277/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ nos dispositivos que especifica.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ e foi encaminhado a esta Comissão, na data de 26/04/08. Como bem se sabe cabe a esta Comissão se manifestar sobre a proposta visto pelo ângulo das finanças do estado, embasando-se principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso concreto que se analisa, tem-se que os requisitos legais foram plenamente cumpridos, inclusive com a declaração, firmada pelo Presidente do Tribunal de Justiça de que o projeto atende a todas as necessidades e detalhes legais. Nada obstante, foram acostados ao projeto todas as planilhas que demonstram o respeito a todas as disposições legais atinentes.

Frente a esta explanação, tem-se que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/08, que objetiva a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

**PROJETO DE LEI Nº 097/09**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam criados, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, para atender as unidades hospitalares, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I. Para as Unidades Hospitalares de Porte I

a) 06 (seis) cargos de Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-1;

b) 18 (dezoito) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-4;

c) 12 (doze) cargos de Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-5;

d) 54 (cinquenta e quatro) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte I, símbolo DAS-5.

II. Para as Unidades Hospitalares de Porte II

a) 07 (sete) cargos de Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo DAS-1;

b) 14 (quatorze) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo DAS-4;

c) 14 (quatorze) cargos de Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo 1-C;

d) 35 (trinta e cinco) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte II, símbolo 1-C; e

III. Para as Unidades Hospitalares de Porte III

a) 03 (três) cargos de Diretor Geral de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-4;

b) 06 (seis) cargos de Diretor de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo DAS-5;

c) 06 (seis) cargos de Chefe de Núcleo de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo 2-C.

d) 06 (seis) cargos de Chefe de Seção de Unidade Hospitalar de Porte III, símbolo 2-C.

Art. 2º Ficam extintos, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA os seguintes cargos de provimento em comissão:

I. 02 (dois) cargos de Diretor Geral de Hospital Porte I, símbolo DAS-4;

II. 06 (seis) cargos de Diretor Geral de Hospital Porte II, símbolo DAS-4;

III. 02 (dois) cargos de Diretor Geral de Hospital Porte III, símbolo 2-C;

IV. 06 (seis) cargos de Diretor de Hospital Porte I, símbolo DAS-5;

V. 12 (doze) cargos de Diretor de Hospital Porte II, símbolo 1-C;

VI. 04 (quatro) cargos de Diretor de Hospital Porte III, símbolo 2-C;

VII. 04 (quatro) cargos de Chefe de Núcleo de Hospital Porte I, símbolo 4-C;

VIII. 12 (doze) cargos de Chefe de Núcleo de Hospital Porte II, símbolo 5-C;

IX. 04 (quatro) cargos de Chefe de Núcleo de Hospital Porte III, símbolo 5-C;

X. 18 (dezoito) cargos de Chefe de Seção de Hospital Porte I, símbolo 4-C;

XI. 30 (trinta) cargos de Chefe de Seção de Hospital Porte II, símbolo 5-C; e

XII. 04 (quatro) cargos de Chefe de Seção de Hospital Porte III, símbolo 5-C.

Art. 3º. Fica transformado, na Secretaria de Estado da Saúde, 01 (um) cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, símbolo DAS-4, para 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidades Próprias, símbolo DAS-1.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/03/08.

(a) PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL					
Anexo I - Informações Gerais das Unidades Hospitalares da SESA					
	Unidades Hospitalares	Município	Porte	Situação	Modelo de Gestão
01	Hospital Geral Mauro Senna Goulart - Hospital do Trabalhador - HT	Curitiba	I		Parceria/Direção Estado
02	Hospital Osvaldo Cruz	Curitiba	II		Público
03	Hospital Colônia Aduino Botelho	Piraquara	II		Público
04	Hospital de Dermatologia Sanitária	Piraquara	II		Público
05	Hospital Infantil Antonio Fontes	Paranaguá	III		Público
06	Hospital Luiza Borba Carneiro	Tibagi	III		Consórcio Municípios/ Direção Estado
07	Hospital Regional de Paranavaí	Paranavaí	II		Parceria/Direção Parceria
08	Hospital Regional São Sebastião	Lapa	II	Ampliação	Público
09	Hospital Regional do Litoral	Paranaguá	I	Ampliação	Parceria/Direção Estado
10	Hospital Anísio Figueiredo - Zona Norte	Londrina	II	Ampliação	Consórcio Municípios/ Direção Estado
11	Hospital Dr. Eulálio Ignácio de Andrade - Zona Sul	Londrina	II	Ampliação	Consórcio Municípios/ Direção Estado
12	Hospital de Reabilitação do Paraná	Curitiba	I	Nova Unidade	Parceria/Direção Estado
13	Hospital Infantil de Campo Largo	Campo Largo	I	Nova Unidade	Parceria/Direção Estado
14	Hospital Regional de Ponta Grossa	Ponta Grossa	I	Nova Unidade	Parceria/Direção Estado
15	Hospital Estadual Wallace Thadeu de Mello e Silva	Guaraqueçaba	III	Nova Unidade	A definir
16	Hospital Regional de Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	I	Nova Unidade	Parceria/Direção Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL				
ANEXO 4 - Demonstrativo de Custos da Proposta de Criação de Cargos de Provimento em Comissão				
SITUAÇÃO PROPOSTA DE EXTINÇÃO				
Denominação	Símbolo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal
Diretor Geral de Hospital Porte I	DAS-4	02	3.730,36	7.460,72
Diretor Geral de Hospital Porte II	DAS-4	06	3.730,36	22.382,16
Diretor Geral de Hospital Porte III	2-C	02	1.481,67	2.963,34
Diretor de Hospital Porte I	DAS-5	06	3.418,56	20.511,36
Diretor de Hospital Porte II	1-C	12	1.604,33	19.251,96
Diretor de Hospital Porte III	2-C	04	1.481,67	5.926,68
Chefe de Núcleo de Hospital Porte I	4-C	04	1.263,35	5.053,40
Chefe de Núcleo de Hospital Porte II	5-C	12	1.288,13	15.457,56
Chefe de Núcleo de Hospital Porte III	5-C	04	1.288,13	5.152,52
Chefe de Seção de Hospital Porte I	4-C	18	1.263,35	22.740,30
Chefe de Seção de Hospital Porte II	5-C	30	1.288,13	38.643,90
Chefe de Seção de Hospital Porte III	5-C	04	1.288,13	5.152,52
Chefe de Departamento	DAS-4	01	3.730,36	3.730,36
<b>Total</b>		<b>105</b>	<b>26.856,53</b>	<b>174.426,78</b>
SITUAÇÃO PROPOSTA DE CRIAÇÃO				
Denominação	Símbolo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal
Diretor Geral de Hospital Porte I	DAS-1	06	6.010,09	36.060,54
Diretor Geral de Hospital Porte II	DAS-1	07	6.010,09	42.070,63
Diretor Geral de Hospital Porte III	DAS-4	03	3.730,36	11.191,08
Diretor de Hospital Porte I	DAS-4	18	3.730,36	67.146,48
Diretor de Hospital Porte II	DAS-4	14	3.730,36	52.225,04
Diretor de Hospital Porte III	DAS-5	06	3.418,56	20.511,36
Chefe de Núcleo de Hospital Porte I	DAS-5	12	3.418,56	41.022,72
Chefe de Núcleo de Hospital Porte II	1-C	14	1.604,33	22.460,62
Chefe de Núcleo de Hospital Porte III	2-C	06	1.481,67	8.890,02
Chefe de Seção de Hospital Porte I	DAS-5	54	3.418,56	184.602,24
Chefe de Seção de Hospital Porte II	1-C	35	1.604,33	56.151,55
Chefe de Seção de Hospital Porte III	2-C	06	1.481,67	8.890,02
Diretor de Unidades Próprias	DAS-1	01	6.010,09	6.010,09
<b>Total</b>		<b>182</b>	<b>45.649,03</b>	<b>557.232,39</b>
			<b>Acréscimo mensal</b>	<b>382.805,61</b>

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE DESPESA**

Declaramos, sob as penas da lei que a despesa abaixo identificada, tem adequação com a Lei de Licitações (Lei nº 8666/93), está incluída no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaramos, ainda, que a despesa preenche todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à(s) noma(s) do(s) artigo(s):

(X) 16: despesa para criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário financeiro para este exercício e para os dois subsequentes;

() 17: despesa obrigatória de caráter continuado, criada, aumentada ou prorrogada, de execução por período superior a dois exercícios, acompanhada de

estimativa de impacto orçamentário financeiro para este exercício e para os dois subsequentes, relativa a área da saúde.

Processo nº 9.871.092-2

Identificação da Despesa:

- Unidade Orçamentária: 4760 Projeto/atividade: 2435/Fonte: 100 Elemento e despesa: 3190.0000

- Objeto: Valores destinados ao acréscimo da Folha de Pagamento da SESA, face a criação de Cargos de Provisão em Comissão.

- R\$ 3.444.261,00 (para um período de 9 meses)

Curitiba, 07/03/08.

(aa) Ordenador de Despesa

CARLOS GERALDO DA SILVA (Gabriel)

Diretor Executivo do FUNSAÚDE

Secretaria de Estado da Saúde

GILBERTO BERGUIO MARTIN

Secretário de Estado da Saúde

CÁLCULO DA FOLHA 2008	
<b>Valor Orçamentário Total/2008</b>	<b>376.652.650</b>
Valor mensal/08 (13 meses)	28.973.281
Valor Empenhado até 07/03/08	50.845.695
Valor mensal empenhado/08	25.422.848
Valor anual a ser empenhado (13 meses)	330.497.018
Saldo orçamentário (diferença entre total orçamentário e anual a ser empenhado)	46.155.632
Valor mensal disponível para 2008	3.846.303
Impacto	
Valor mensal a ser dispendido/08	382.606

SECRETARIA DE ESTADO DA  
ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

RH Informação  
Informação 021/2008  
Protocolo nº 9.871.092-2  
Assunto: Cargos em Comissão  
Interessado: SESA

1 - O aumento de despesa decorrente da criação de 182 cargos de Provisão em Comissão, para atender as novas unidades hospitalares, representa um acréscimo de 1,59% na despesa de pessoal da Secretaria da Saúde - FUNSAÚDE e 0,07% na despesa de pessoal do Poder Executivo.

2 - Para uma estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, está sendo considerado uma meta de crescimento anual baseado no IPCA de 2007, que foi de 4,46%.

Considerando-se a meta de inflação de 4,5% fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a despesa anual da presente solicitação fica estimada em:

2008	R\$ 3.444.261,00
2009	R\$ 5.200.414,00
2010	R\$ 5.434.433,00

É a informação.

Curitiba, 07/03/08.

(a) SUZETE MATIAS DE FARIA

Gerente RH Informação

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 097/08

P A R E C E R :

**1. Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 097/08, advindo de mensagem do Poder Executivo, com número 008/08, tem por obje-

tivo criar, extinguir e transformar cargos de provimento em comissão, tudo na estrutura da Secretaria Estadual da Saúde. O projeto tem por justificativa a construção de novas unidades hospitalares no Paraná, fator que levaria, ao menos a primeira vista, à necessidade do manejo dos cargos que ora se pretende.

## **2. Da Legitimidade**

Principiando a análise, forçoso que se avalie a legitimidade do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo no caso presente. Para tanto, fixe-se que se trata de servidores públicos da Administração Direta, qual seja, da Secretaria da Saúde. Visto desse modo, é de se consultar diretamente o artigo 66 da Constituição do Estado, que atende ao princípio da simetria exigido para o exercício do Poder Constituinte Decorrente:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;*

Nada obstante ser expressa a iniciativa, é oportuno se dizer que está a se tratar de competência administrativa, pelo que também compete ao Chefe do Poder Executivo Estadual iniciar o processo legislativo.

## **3. Do Objeto do Presente Projeto**

### **3.1 Da saúde como serviço público**

A prestação de saúde é dever do estado, consoante se verifica do artigo 196 da Carta Magna:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Pela singela leitura do dispositivo, exsurge a relevância do serviço a ser prestado na área relativa à saúde para todo o estado brasileiro. Assim, em primeira vista, reforce-se, é dever do estado a prestação de serviço de saúde à população. Temos que essa determinação ao “Estado” comporta diretriz para as três esferas de divisão político-administrativa encontradas no Brasil, quais sejam: união, estados e municípios. Assim, ao estado, ente federado, também, é dado tomar atitudes referentes à melhoria do serviço de saúde.

Entretanto, pode o estado delegar ou repassar este mister para terceiros, a partir do momento que julgar interessante e útil ao interesse público. Essa constatação advém do entendimento de que o estado pode não comportar a prestação desse tão essencial serviço de saúde à população. Inclusive, dando nível de constitucional à tal providência, dizem os artigos 197 e 199 da Constituição da República:

*Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.*

*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

Pelo já exposto, temos que ao Poder Público compete a prestação de serviços de saúde, nada obstante a possibilidade delegação à terceiros, inclusive da iniciativa privada, de tal função.

Esse entendimento é essencial para a melhor elucidação da questão que se coloca sob discussão, qual seja: a profissionalização do serviço público de saúde. Ora, fixe-se desde já, que se o estado assume o dever de prestação de serviço público na área de saúde, deve o fazer com profissionalismo e responsabilidade.

### **3.2 Da relação do serviço de saúde com a utilização de verbas públicas**

Ao serviço de saúde, devido à sua importância, foi reservado inclusive percentual de aplicação de verbas públicas oriundas da arrecadação de tributo, particularmente de impostos. Senão veja-se o artigo 198, parágrafo 2º da Constituição da República:

*Art. 198...*

*§ 2º A união, os estados, o distrito federal e os municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:*

*II - no caso dos estados e do distrito federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios;*

Assim, é de se notar que a saúde representa, de modo destacado, uma das funções do serviço público. Ainda mais, está se tratando com verba pública, como se demonstrou acima. Ao se falar em trato com verba pública é necessário que se redobre a atenção referente à responsabilidade e a profissionalidade a serem adotadas, porque, ao fim, está se tratando do interesse público primário, sendo administrado por dinheiro público. Conclui-se, portanto, que a área de saúde do estado trata e administra verbas públicas, inclusive aquelas constitucionalmente previstas. Destaque-se uma vez mais a relevância na atividade daqueles que tratam da coisa pública, sendo que é óbvio que os administradores de hospitais, seja qual for seu tamanho ou sua teia administrativa, administrará recursos públicos.

### **3.3 Dos cargos em comissão**

Existem, na estrutura funcional do estado, visto pelo ângulo dos agentes públicos, algumas categorias: servidor público, agente político, militares e particulares em colaboração com a Administração Pública. Tais pessoas exercem função, emprego ou cargo público na Administração Direta e Indireta do Estado. A regra geral para o

provimento destas vagas é a do Concurso Público. Essa regra está insculpada no artigo 37 da Constituição da República, nos seguintes termos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;*

Pois bem, esse artigo traz à lume o princípio do concurso público para o provimento de cargos públicos. Fixe-se que esta é a regra, exceção é a utilização do provimento por comissão para cargos públicos.

O provimento por cargo em comissão deverá ser utilizado apenas para funções de confiança, assessoria ou direção, consoante se depreende do artigo 37, V da Carta Magna:

*Art. 37...*

*V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;*

Poderia se buscar a diferenciação entre cargos em confiança e de provimento em comissão. Entretanto, a doutrina tem-se inclinado no sentido de que ambas as formas de preenchimento podem ser efetuadas sem a realização de concurso público.

O grande cerne de discussão passa a ser, portanto, a complexidade dos cargos em comissão que se pretende criar, requisito que demonstrará a necessidade de conhecimento técnico para o desempenho das funções atinentes.

Impende ainda se dizer que, pela própria natureza do cargo, o provimento em comissão é temporário, transitório, mas não é este o viés que se busca aqui, o que se quer e se almeja é o preenchimento dos cargos através de concurso público.

Sobre o tema, o STF se posicionou no seguinte sentido:

ADI 3233/PB-PARAÍBA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator (a): Min. JOAQUIM BARBOSA

Julgamento: 10/05/2007 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJE-101 DIVULG 13/09/07 PUBLIC 14/09/07

DJ 14/09/07 PP-00030

EMENT VOL - 02289-01 PP-00091

Parte(s)

REQTE. (S): PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

REQDO. (A/S): GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

ADV. (A/S): IRAPUAN SOBRAL FILHO E OUTROS

REQDO. (A/S): ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

Ementa

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS 6600/98 (ART. 1º CAPUT E INCISOS I E II), 7679/04 E 7696/04 E LEI COMPLEMENTAR 57/03 (ARTIGO 5º), DO ESTADO DA PARAÍBA. CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO. I - Admissibilidade de aditamento do pedido na ação direta de inconstitucionalidade para declarar inconstitucional norma editada durante o curso da ação. Circunstância em que se constata a alteração da norma impugnada por outra apenas para alterar a denominação de cargos na administração judicial estadual; alteração legislativa que não torna prejudicado o pedido na ação direta. II - Ofende o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal norma que cria cargos em comissão cujas atribuições não se harmonizam com o princípio da livre nomeação e exoneração, que informa a investidura em comissão. Necessidade de demonstração efetiva, pelo legislador estadual, da adequação da norma aos fins pretendidos, de modo a justificar a exceção à regra do concurso público para a investidura em cargo público. Precedentes. Ação julgada procedente.

### 3.4 Da complexidade dos cargos a serem criados

Como já se disse, a questão principal reside na complexidade dos cargos. A partir do instante que se verificar que o cargo é eminentemente técnico, a exigir conhecimentos aprofundados, forçosa se fará a conclusão de que o concurso público é a única forma de provimento dos cargos estudados.

Os cargos a serem criados são chamados de Diretor-Geral. Pois bem quais são basicamente as atribuições de um Diretor Geral? O vocábulo direção diz com a responsabilidade máxima dentro de uma instituição, seja ela pública ou privada. Ora, sem sendo considerada a função desempenhada por diretor, inegável a sua vinculação com quesitos técnicos, que levam ao entendimento de que o diretor precisa reunir certas condições especializadas para desenvolver seu trabalho. No caso concreto, o direito deverá coordenar toda a atividade das unidades hospitalares, sendo que faz-se imprescindível possuir conhecimentos técnicos para a perfeita compreensão e o correto desenvolvimento de atividades esperadas. O dicionário Michaelis diz que diretor é:

“adj (*lat directore*) Que dirige, regula ou determina; diretivo: Plano diretor da grande São Paulo. sm 1 Aquele que dirige ou administra. 2 Aquele que preside a certas sociedades comerciais e industriais ou

corporações científicas, artísticas, literárias etc. 3 Funcionário encarregado de dirigir o serviço de uma reparação pública. 4 Guia. 5 Membro de um diretório ou de uma diretoria. D.-geral: funcionário que preside a uma diretoria-geral.”

Assim, dirigir é administrar, é ser responsável não apenas pela sua função, mas também pelo trabalho dos demais profissionais. Nisto, cumpre a pergunta: Como controlar algo que não se conhece? Como administrar alguma função que não se compreende? Esse conhecimento demandado apenas poderá se efetivar com estudo, que supõe qualificação técnica. Ora, a técnica não se comprova apenas pelo estudo, mas principalmente por ele. No trato com a verba pública não se pode dar azo para dúvidas ou imprecisões, visto tratar-se de dinheiro do erário público. Posto nestes moldes, é inegável que a função de diretor é técnica, exigindo conhecimento aprofundado para o desempenho do trabalho delegado a tal função. E se é técnico, não há que ser preenchido por provimento em comissão, mas por concurso público de provas, ou de provas e títulos, no qual se poderá aferir o grau de conhecimento do pro-penso servidor. Vale dizer ainda que apenas se nomear como diretor, não é situação apta para respeitar a Constituição Federal no que diz com a possibilidade de cargos em comissão. Ou seja, o nome, neste passo, não é o principal, mas sim a função desempenhada por tal cargo. Efetivar o concurso é respeitar também os princípios da Administração Pública, como moralidade, motivação, impessoalidade, legalidade e isonomia, todos insertos na Constituição Federal. Permitir o preenchimento dos cargos por comissão é derrubar todo o sistema constitucional que se vive, é ainda ferir de morte toda a construção vivificada de garantias constitucionais.

### 3.5 Da Constituição do Estado do Paraná

Para reforçar o exposto até aqui, cabe transcrição do artigo 27 da Constituição de Estado do Paraná:

*Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do estado e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também o seguinte:*

*V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;*

Pode se notar que a Constituição do Estado do Paraná busca dar tratamento prioritário para aqueles servidores de carreira para o preenchimento de cargos em comissão na estrutura funcional da Administração Pública. Desta forma, mais um argumento forte surge para que o projeto seja modificado, do contrário estaria havendo desrespeito a ditame constitucional.

### 3.6 Do princípio da proporcionalidade

Princípio constitucional que deve embasar a atuação do Poder Público e que pode ser utilizado diretamente no caso presente é o da proporcionalidade. Por tal princípio, a Administração deve fazer regra de proporcionalidade, na medida em que o concurso público é a regra e o provimento por comissão é a exceção. O princípio da proporcionalidade pode e deve ser visto por três subprincípios, quais sejam:

- Princípio da adequação: Consoante este princípio, a atividade do Poder Público deve ser apropriada para a consecução dos objetivos pretendidos pela Constituição Federal.

- Princípio da exigibilidade ou da necessidade: Este princípio determina que o estado deve sempre escolher o meio igualmente eficaz e menos oneroso para o cidadão.

- Princípio da proporcionalidade em sentido estrito: Exige que o estado procure sopesar as vantagens e desvantagens da medida tomada, e, assim, decidir pela tomada ou não do ato. Este princípio só deverá ser analisado após a observância dos dois outros anteriormente mencionados, pois, as vezes, apesar de a medida ser adequada e exigível, poderá não ser proporcional em sentido estrito.

Posto isto, é de se ver que a atitude do Poder Público, nos moldes propostos ofende ainda o princípio da proporcionalidade, também chamado de princípio da proibição do excesso. A proporcionalidade deve ser entendida porquanto, como proporção direta entre meio e fim, entre objetivo e medida adotada. Essa proporção não nos parece respeitada no caso presente.

### 4. Da solução sugerida

Frente a toda a situação exposta, conclui-se que o caso não é o de provimento por comissão. Entretanto, sabedor da situação dos hospitais que estão sendo construídos, bem como da urgência no preenchimento de quadros de diretores para as unidades hospitalares, é de se entender que o projeto como fundamento para preencher temporariamente a situação dos cargos discutidos. Ou seja, frente a uma situação de necessidade, os cargos poderão ser preenchidos por comissão até que se tenha tempo suficiente para a elaboração de concurso público para provimento destes cargos como requer a Constituição Federal. A proposta que se entende mais sensata e possível neste momento é a de criar uma regra de transitoriedade, em outras palavras, fixar prazo para duração da lei que pretende se publicar.

O mecanismo será o que segue: 1) Os cargos em comissão poderão ser criados na forma desta lei, mas valerá apenas durante um ano da publicação da presente lei; 2) No prazo máximo de um ano deverá ser organizado concurso público para o preenchimento de todos os cargos que estão sendo criados pelo projeto de lei; 3) em não sendo organizado o concurso público, deverão obrigatoriamente, ser nomeados para os cargos citados, pes-

soal de carreira, com cargo efetivo correlato à área de saúde.

O STF assentou entendimento nos termos abaixo sobre a regra, no que tange ao aspecto temporal:

ADI-MC 1141/GO-GOÍÁS

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento: 10/10/94 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação

DJ 04/11/94 PP-29629 EMENT VOL 01765-01 PP-00169

Parte(s)

REQUERENTE: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQUERIDOS: GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Ementa

EMENTA: Concurso público: plausibilidade da alegação de ofensa da exigência constitucional por lei que define cargos de Oficial de Justiça como de provimento em comissão e permite a substituição do titular mediante livre designação de servidor ou credenciamento de particulares: suspensão cautelar deferida. 1. A exigência constitucional do concurso público não pode ser contornada pela criação arbitrária de cargos em comissão para o exercício de funções que não pressuponham o vínculo de confiança que explica o regime de livre nomeação e exoneração que os caracteriza; precedentes. 2. Também não é de admitir-se que, a título de preenchimento provisório de vaga ou substituição do titular do cargo - que deve ser de provimento efetivo, mediante concurso público -, se proceda, por tempo indeterminado, a livre designação de servidores ou ao credenciamento de estranhos ao serviço público.

Deste modo, a temporariedade deverá ser a regra, o que se respeita na solução proposta.

Ainda na mesma traça, cumpre dizer que a proposição de emenda pelo Poder Legislativo à projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo não se amolda como inconstitucional, posto ser de competência desta Casa de Leis participar plenamente do processo legislativo. Impedir a participação plena da Assembléia na elaboração de leis é vetar-lhe direito e função fundamental, qual seja, legislar. Vale dizer que o STF já se posicionou neste sentido em algumas decisões. Possibilitar a edição de emendas é fortificar o princípio da separação dos poderes inclusive, na medida que cabe ao Poder Legislativo participar do processo legislativo, quando da elaboração de leis formais. o STF já entendeu que cabe ao Poder Legis-

lativo emendar projeto de origem do Executivo, nos seguintes termos:

ADI 3114/SP - SÃO PAULO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. CARLOS BRITTO

Julgamento: 24/08/05 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Ementa

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, IMPUGNAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 25 E DO *CAPUT* DO ARTIGO 46 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 836, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997. DIPLOMA NORMATIVO QUE INSTITUIU O PLANO DE CARREIRA, VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS INTEGRANTES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO AOS INCISOS IV E VI DO ARTIGO 84 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998, BEM COMO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES (Artigo 2º DA C.F.). - As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 166, implicarem aumento de despesa pública (inciso I do artigo 63 da CF). No caso, a Lei Complementar nº 836/97 é fruto de um projeto de lei de autoria do próprio Governador do Estado de São Paulo e o impugnado parágrafo único do artigo 25, embora decorrente de uma emenda parlamentar, não acarreta nenhum aumento de despesa pública. Vício de inconstitucionalidade que não se verifica. - O artigo 46 da Lei Complementar nº 836/97 dispõe que, na hipótese de o deslocamento do servidor público ocorrer sem prejuízo remuneratório, caberá ao município ressarcir ao estado os valores pagos ao agente estatal cedido, bem como os encargos sociais correspondentes. Tudo a ser feito com recursos provenientes do repasse do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental. Caso em que se reconhece ofendida a autonomia municipal para aplicar livremente as suas rendas (CF, artigo 18). - Ação direta julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade da expressão "Na hipótese de o afastamento ocorrer sem prejuízo de vencimentos, o município ressarcirá ao estado os valores referentes aos respectivos contra-cheques, bem como encargos sociais correspondentes, com recursos provenientes do repasse do Fundo de Desenvolvimento e Manu-

tenção do Ensino Fundamental”, constante do artigo 46 da Lei Complementar nº 836/97, do estado de São Paulo.

#### 5. Da conclusão

Por todo o exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, com a adoção da Emenda Aditiva que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 097/08

Fica acrescido o artigo 4º ao presente projeto, sendo que o atual artigo 4º fica renumerado como artigo 5º, da forma que segue:

“Art. 4º No prazo máximo de um ano, a contar da publicação da presente lei, deverá o Poder Executivo realizar concurso público de provas ou de provas e títulos para o provimento de todas as vagas criadas por esta lei.

Parágrafo Único. Em não sendo realizado o concurso público no prazo previsto no *caput* deste artigo, todos os cargos criados por esta lei deverão ser providos, inclusive por nomeação, obrigatoriamente por servidores efetivos da área de Saúde do Estado do Paraná que possuam notório conhecimento e capacidade técnica relativos aos cargos a serem providos”.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 097/08

#### P A R E C E R :

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a proposição de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 008/08, com o objetivo de fixar, no âmbito do estado do Paraná, a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme especifica.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos constatar que a matéria encontra-se amplamente justificada, bem como vem acompanhada do impacto financeiro e desta forma, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29/04/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em votação o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Temos aqui na nossa Ordem do Dia descrito que também com emenda da CCJ. Fica claro de que não estamos votando a emenda da CCJ, hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

O projeto contém a emenda da CCJ, mas hoje estamos votando a constitucionalidade. O parecer é favorável.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Temos que apresentar em 2ª discussão uma subemenda ou uma emenda supressiva da emenda da CCJ. Quero deixar bem claro de que - vou encaminhar se for o caso - na questão de ordem que estou formulando, na constitucionalidade do projeto, queremos deixar claro o nosso encaminhamento contrário à questão que envolve a constitucionalidade da emenda. A emenda é inconstitucional, foi apresentada por uma decisão política na Comissão de Justiça e vamos encaminhar contra. Deixar claro se o que estamos votando, hoje, é a constitucionalidade do projeto, para depois discutir no mérito a emenda que foi apresentada.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Informar a V. Exa. de que hoje estamos votando a constitucionalidade, em 1ª discussão. Portanto, na Ordem do Dia de amanhã votaremos em 2ª discussão, quando V. Exa. poderá apresentar as emendas.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sra. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Apenas, no mesmo raciocínio que faz o Deputado Líder do Governo, nós na CCJ, quando votamos o projeto, o Relator, Deputado Reni Pereira apresentou o projeto e uma emenda. Aprovamos o projeto e a emenda. Não sei se é entendimento que tem V. Exa., e gostaria do Deputado Reni, inclusive, de também dizer qual o seu entendimento, mas me parece que ao aprovarmos - e acho que é esta a preocupação do Líder do Governo - ao aprovarmos o projeto e a emenda, estamos votando o projeto e a emenda, porque os dois foram aprovados na CCJ.

Então, gostaria de ter o esclarecimento de V. Exa., porque se aprovarmos da forma como está aqui, parece-me que estamos aprovando uma coisa só: o projeto e a emenda.

Então, não sei, Deputado Reni Pereira, que apresentou o projeto e apresentou a emenda, talvez possa fazer uso da palavra justamente para dizer qual o seu entendimento. Mas o entendimento que gostaríamos de ter da Mesa é se, ao votarmos, estaremos também aprovando a emenda, porque faz parte do projeto, uma vez que foi aprovado na CCJ.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Deputado Romanelli, pelo que eu entendo - e está aí o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, e poderá esclarecer isso - na 1ª votação você vota a constitucionalidade do projeto, vota-se a constitucionalidade com emenda ou sem emenda da CCJ. Na 2ª votação ele poderá sofrer emendas do Plenário, ele volta para a CCJ e a CCJ apenas analisa as emendas do Plenário, porque a emenda da CCJ já foi analisada, ela só vai ser votada na 2ª votação aqui no Plenário. Hoje se vota apenas o projeto.

Na verdade, o Líder do Governo está com muita pressa, está apressadinho. Mas, Deputado Romanelli, hoje se vota apenas o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, me socorre aqui o Deputado Douglas Fabrício, porque aqui não se trata...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria apenas de informar que está sendo votado apenas o projeto no dia de hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pois é, mas então, não será votada a emenda feita pelo Deputado Relator, Reni Pereira. Foi isso que acabou de dizer o nobre Deputado que, aliás, é um processualista, a quem respeito, ele que conhece profundamente o Regimento, Deputado Elio Rusch, mas tenho que reconhecer que se não votarmos agora a emenda do Deputado Reni Pereira, como Relator, e já vem votado amanhã, na verdade, Deputado Elio Rusch, nós não votamos a emenda.

O que eu quero, Exa., é definir claramente o seguinte: o projeto veio da CCJ com uma emenda do Relator. Como estamos analisando a constitucionalidade do projeto, entendo que a emenda que veio da CCJ tem que ser votada neste momento ou então ela não vai ser votada.

Então, quero votar contra a emenda da CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria apenas de esclarecer e contribuir com os nobres Pares que, no dia de hoje, estamos votando em 1ª discussão o projeto e portanto a constitucionalidade do projeto, e no dia de amanhã, na Sessão de amanhã, volta o projeto em 2ª discussão, para ficar

bem claro, votaremos o projeto em 2ª discussão, ressaltada a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeito. Agora fica claro no seguinte termo: agora o Deputado Elio Rusch também reformula, vamos votar o projeto, ressalva a emenda...

**(Assentimento da Sra. Presidente)**

...votamos a emenda amanhã? Hoje não votamos a emenda?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Não, hoje votamos o projeto em 1ª discussão, a constitucionalidade. No dia de amanhã, para ficar bem claro, votamos o projeto em 2ª discussão, ressaltada a emenda.

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Maria, com sede e foro no município de Mallet. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/08, de 01/04/08, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/98

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Maria, com sede e foro no município de Mallet/PR.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a Redação da Lei nº 14636/05. (Utilidade pública). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 149/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, altera a redação da Lei nº 14636/05, a qual declarou de utilidade pública a Associação Paranaense dos Ostomizados Núcleo de Maringá - APONM, com sede e foro no município de Maringá.

**Fundamentação**

O presente projeto pretende alterar o artigo 1º da Lei nº 14636/05, com intuito de corrigir a denominação da Associação declarada de utilidade pública, em razão da realização de adequações estatutárias para atender exigências do Conselho Nacional de Assistência Social. Nessa ocasião, foi alterada a razão social e o endereço da entidade, a qual passou a contar com a seguinte denominação e endereço: "Associação dos Ostomizados de Maringá - OSTOMAR, com sede e foro no município de Maringá".

Portanto, chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, diante da legalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 975, 994 e 997, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 976 a 979, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 980, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 982, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 985, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 987, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 988, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 990 a 993, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 995, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 971, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, o presente requerimento do Deputado Jocelito é uma reação a um projeto de lei de nossa autoria, que pretende revogar a Lei nº 15455. Entendo que como ele quer informações, ele tem o direito de tê-las, então encaminhamos favoravelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)  
**Aprovado.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, eu teria um requerimento aí na Mesa, uma súmula parabenizando o Coritiba Futebol Clube, parabenizando-o pelo seu 33º título que foi aprovado. Eu não estava aqui, estava despachando, mas gostaria de encaminhar esse requerimento com muita brevidade, foi aprovado sem leitura, gostaria, pela ênfase que estamos dando aos jogadores, ao Presidente do Clube, nosso amigo Jair Cirino dos Santos, ao técnico Dorival Silvestre Júnior, que após dois anos na 2ª divisão o Coritiba Futebol Clube voltou à 1ª divisão e voltou vencendo, sendo campeão estadual, buscando não só neste título, mas buscando dentro de 30% dos paranaenses realmente torcedores do Coritiba, mesmo que o Presidente não seja, estamos neste momento, em nome da Assembleia, mandando a todos os jogadores e demais titulares da Comissão que organizou o nosso time para este ano, os votos de congratulações e pedindo à Mesa que mande o título de congratulações ao time e a todos os demais jogadores.

Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta Casa informa ao nobre Parlamentar que seu requerimento foi lido e aprovado no início da Sessão. Também quero informar que o Coritiba Futebol Clube precisava dessa vitória, muito mais que o Clube Atlético Paranaense.

Parabéns a todos os torcedores do Coritiba!

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 6, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 158/07 e 106/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 795/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031, 077, 097, 123, 127 e 149/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 668, 809/07 e 019/08.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Ata de Comissão****Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano,

Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi, Augustinho Zucchi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 134/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 134/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14807/05. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 170/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

